

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

**ATA NÚMERO DOIS**

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM

\_\_ Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada por videoconferência nos termos do Artigo n.º 3 da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na sua redação atual, com a seguinte Ordem do Dia: \_\_\_\_\_

\_\_ Apreciação da informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; \_\_\_\_\_

\_\_ Relação de procedimentos realizados ao abrigo da autorização prévia para a assunção de Compromissos Plurianuais - Proposta n.º 254/2019/CM; \_\_\_\_\_

\_\_ Declarações de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso; \_\_\_\_\_

\_\_ Relatório das atividades desenvolvidas no âmbito do Contrato-Programa celebrado entre o Município de Tavira e a Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira - UAC Tavira para o ano 2020; \_\_\_\_\_

1. PROPOSTA N.º 37/2021/CM - Concurso Público - Fornecimento de Refeições (Estabelecimentos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo) 3 Anos Letivos: 2021-2024 – Repartição de Encargos e Abertura de Procedimento; \_\_\_\_\_

2. PROPOSTA N.º 74/2021/CM - Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo Chefe de Divisão de Turismo, Cultura, Património e Museus; \_\_\_\_\_

3. PROPOSTA N.º 75/2021/CM - Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Planeamento, Inovação e Empreendedorismo; \_\_\_\_\_

4. PROPOSTA N.º 76/2021/CM - Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe da Unidade de Recursos Humanos, unidade orgânica flexível de 3.º grau; \_\_\_\_\_

5. PROPOSTA N.º 87/2021/CM - Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo Chefe de Divisão de Gestão da Mobilidade, Rede Viária e Transportes; \_\_\_\_\_

6. PROPOSTA N.º 88/2021/CM - Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo Chefe de Divisão de Aprovisionamento, Manutenção e Logística; \_\_\_\_\_

7. PROPOSTA N.º 89/2021/CM - Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo Chefe de Divisão de Comunicação e Modernização Administrativa; \_\_\_\_\_

8. PROPOSTA N.º 90/2021/CM - Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo Chefe de Divisão de Desporto, Juventude e Saúde; \_\_\_\_\_

9. PROPOSTA N.º 93/2021/CM - Aquisição de serviços de auditoria externa - Revisor Oficial de Contas - Cessão da posição contratual; \_\_\_\_\_

10. PROPOSTA N.º 95/2021/CM - Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa – Aditamento à Proposta n.º 45/2021/CM; \_\_\_\_\_

11. PROPOSTA N.º 104/2021/CM - Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo Chefe de Divisão de Ambiente; \_\_\_\_\_

12. PROPOSTA N.º 114/2021/CM - Atribuição de suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade - artigo 24.º da Lei n.º 75.º-B/2020, de 30 de dezembro (LOE para 2021) e primeira alteração ao Mapa de Pessoal - Ano 2021; \_\_\_\_\_

13. PROPOSTA N.º 116/2021/CM - Não aceitação da proposta de recursos e da transferência de competências para o ano de 2021 – Ação Social; \_\_\_\_\_

\_\_\_ Ponto aditados à Ordem do Dia: \_\_\_\_\_

1. PROPOSTA N.º 122/2021/CM – Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Tavira e estabelecimento de medidas preventivas no âmbito da ampliação do cemitério municipal de Tavira; \_\_\_

2. PROPOSTA N.º 123/2021/CM – Declaração de utilidade pública da ampliação do cemitério municipal de Tavira; \_\_\_\_\_

3. PROPOSTA N.º 124/2021/CM – Concurso Público para concessão de exploração dos estabelecimentos integrados no Parque de Campismo da Ilha de Tavira 2021. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal**, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas doze minutos, cumprimentou os presentes na Sessão e os cidadãos e cidadãs que os estavam a acompanhar em direto pelo *Facebook* do Município naquela que era mais uma Assembleia Municipal ainda em modo *online* por via da pandemia, esperando que a seguinte já pudesse ser de outro modo, o que seria um bom sinal para todos. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Disse que naquele momento estavam presentes vinte e seis deputados municipais: Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Artur António Guerreiro Sanina, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Elsa Maria da Conceição Martins, Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria João Teixeira Dias dos Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Manuela Gonçalves Romão, Muriel Cristina Dias, Narciso dos Reis Martins Barradas, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Pedro Miguel Entrudo Soares, Sílvia Alexandra Sanches Soares, Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira, Virgílio António Horta e Vitor Manuel do Nascimento Palmeira verificando-se apenas a ausência do Deputado Municipal Ângelo Filipe Silva Pereira que poderia, a qualquer momento entrar, pelo que iriam iniciar a Assembleia Ordinária de abril. \_\_\_\_\_



\_\_ O Deputado Municipal Ângelo Filipe Silva Pereira entrou na Sessão pelas vinte e uma horas e dezanove minutos. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** começou por colocar à consideração a Ata número (1) um referente à Sessão da Assembleia Municipal realizada no passado dia cinco de fevereiro e que a todos tinha sido distribuída. \_\_\_\_\_

\_\_ Não havendo nada a dizer, colocou à votação a Ata que seria votada apenas por os deputados municipais que tinham estado presentes na mesma sessão. \_\_\_\_\_

\_\_ **A Ata número um (1) referente à sessão realizada no dia cinco de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava conforme documento número um em anexo.** \_\_\_\_\_

\_\_ Passou à moção e votos, de saudação e pesar, que eram precisamente os três documentos que tinham dado entrada na Mesa da Assembleia Municipal e respeitando a sua ordem de entrada, iam começar pela Moção apresentada pela bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU) cujo título era: "*Por ocasião do aniversário da Revolução de Abril*" passando a palavra ao seu representante, Pedro Soares, para fazer a apresentação da mesma. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Deputado Municipal Pedro Soares** cumprimentou os presentes e o público que estava a assistir à Sessão e explicou que aquela Moção surgia no seguimento das comemorações do quadragésimo sétimo (47.º) aniversário da Revolução no ano em que se comemoravam os quarenta e cinco (45) anos da Constituição da República e que devia de ser o momento de afirmação do Poder Local e tudo o que ele representava. \_\_\_\_\_

\_\_ Era uma Moção simples que sendo aquele o momento da afirmação da democracia, da afirmação de um futuro, mostrava que se devia e podia prosseguir com todas as condições de prevenção e proteção indispensáveis à realização e à felicidade dos povos. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu e saudou a capacidade de síntese do Deputado Municipal e referiu que a Moção propunha quatro (4) pontos àquela Assembleia Municipal e fundamentalmente, saudava o aniversário da Revolução de Abril. Todos tinham recebido a Moção pelo que a iria colocar à discussão. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Deputado Municipal José Graça** cumprimentou os presentes e saudou especialmente todos os tavirenses que se tinham associado à transmissão daquela Assembleia Municipal e que os estavam a acompanhar através do *facebook* do Município que, pelas partilhas, já tinha verificado que eram bastantes. \_\_\_\_\_

\_\_ Disse que gostava, em nome da bancada do Partido Socialista (PS) na Assembleia Municipal, de se associar àquela Moção apresentada pela CDU, mas também de deixar ali uma mensagem de saudação a todos aqueles que tinham participado na construção da Revolução de Abril e aos que tinham participado na construção do Portugal democrático com a vivência, as vivências que tinham presentemente. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Resumindo um pouco a intervenção que tinha feito no domingo anterior na Sessão Solene da Assembleia Municipal, cuja organização queria ali saudar e felicitar, pois pela primeira vez tinham tido a oportunidade de estarem juntos apesar de separados, e de festejar Abril na Praça da República numa Sessão que tinha sido transmitida *online* no domingo de manhã, queria marcar de uma forma muito vincada as marcas que Abril tinha deixado e o contributo que os municípios portugueses tinham dado para que as conquistas de Abril fossem alargadas a toda a população a nível nacional, particularmente as grandes conquistas de Abril, o Serviço Nacional de Saúde (SNS), o ensino gratuito, o bom trabalho que tinha sido efetuado na área da Ação Social desde o 25 de Abril. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Queria recordar que se não fosse o Serviço Nacional de Saúde (SNS) que tinham vindo a construir ao longo daqueles quarenta anos, provavelmente a resposta à crise pandémica que tinha afetado Portugal, a Europa, teria sido totalmente diferente e felizmente o SNS português tinha tido a capacidade necessária para dar a resposta mesmo nos momentos mais graves. Todavia, como tinha dito no domingo passado, o papel dos municípios ao longo daqueles quarenta e sete (47) anos tinha sido determinante para que grande parte das conquistas de Abril fossem elas vincadas e chegassem a todos os portugueses. Presentemente vivia-se num país livre, democrata e onde os princípios consagrados na Constituição eram a regra de conduta no dia-a-dia e na forma de viver e gerir o Estado. Tinham que continuar a preservar e a defender os valores de Abril e os princípios que tinham estado na base da Constituição da República. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Com o que tinha dito e felicitando a CDU pela apresentação daquela Moção informava que o PS iria votar favoravelmente a mesma. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que o Deputado Municipal, Presidente da União de Freguesias da Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Pereira, já tinha entrado na Sessão pelo que estavam presentes os vinte e sete (27) membros daquela Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que apenas queria juntar àquela Moção, uma saudação que normalmente era esquecida pela CDU, sobretudo naquele tempo tão difícil, e que considerava fazer todo o sentido. Assim, queria saudar também todos os empreendedores, todos aqueles que quer por conta própria quer como pequenas empresas não dependiam do Estado, de grandes patrões e que naquela altura tão difícil para trabalhar, para desempenhar as suas funções, para desempenhar os seus ofícios, para manter os seus trabalhadores, faziam um esforço superior e se mantinham em funções levando as suas atividades e mantendo os seus trabalhadores dando-lhes condições de liberdade, paz, e de boa vivência. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Artur Sanina** disse que o Bloco de Esquerda (BE) iria apoiar a Moção apresentada pela CDU porque realmente Abril teria que ser sempre lembrado principalmente pelo Estado Social que tinha sido criado, pelo SNS, e como tinha frisado no domingo anterior tinham havido duas pessoas importantes naquele processo do SNS, António Arnault e o João Semedo, a quem

agradecia muito o empenho que tinham tido na constituição, na progressão do SNS, na conquista dos direitos dos trabalhadores, pelo que iriam votar favoravelmente aquela Moção. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais questões colocou à votação a Moção intitulada: “Por ocasião do aniversário da Revolução de Abril” apresentada pela CDU que foi aprovada por unanimidade. O documento integral encontra-se em anexo à presente ata como documento número dois.** \_\_\_\_\_

\_\_\_ Referiu que o segundo documento que tinha entrado na Mesa da Assembleia Municipal era um “Voto de Saudação ao 1.º de Maio” apresentado pela bancada do BE, pelo que iria passar a palavra ao Deputado Municipal Artur Sanina para que o apresentasse. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Artur Sanina** disse que estando em vésperas do 1.º de Maio não tinham pretendido deixar de fazer aquele Voto de Saudação, cuja primeira parte não iria ler porque falava um pouco da história de como o 1.º de Maio tinha surgido e das conquistas que tinham sido feitas ao longo do século anterior e no atual, mas frisava a parte final onde justificavam a razão da apresentação daquele voto, que passava a ler: *“1. Saudar o 1.º de Maio e fazer votos para que seja o momento agregador das várias gerações e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público;* \_\_\_\_\_

\_\_\_ *2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, da venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência;* \_\_\_\_\_

\_\_\_ *3. Saudar o trabalho de todos os profissionais na área da saúde no combate à pandemia em curso, em particular a todo o SNS e seus profissionais”* \_\_\_\_\_

\_\_\_ Concluiu dizendo que era por aqueles três (3) pontos finais que tinham pretendido apresentar o “Voto de Saudação ao 1.º de Maio” por serem sensíveis ao envolvimento da população e ao trabalho que ela tinha vindo a realizar, ao trabalho da própria Autarquia, agradecendo também ao Executivo Municipal, na pessoa da sua Presidente, pela luta que tinham vindo a travar em Tavira para que a situação pandémica tivesse os progressos que tinha vindo a ter, sendo pois com aquela intenção que apresentavam aquele Voto de Saudação naquela Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal colocou o “Voto de Saudação ao 1.º de Maio” apresentado pelo BE a votação que foi aprovado por unanimidade. O documento integral encontra-se anexado com o número três.** \_\_\_\_\_

\_\_\_ Passou ao último documento de tinha entrado na Mesa da Assembleia Municipal que era um Voto de Pesar apresentado pela bancada do PS. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Deputada Municipal Otília Carneira**, Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, disse que embora no dia do funeral tivesse pedido desde logo aquele Voto de Pesar por considerar que deveria de ser efetuado em companhia dos seus colegas do Executivo da Junta de Freguesia sendo aquela a altura

certa para o fazer, e que na Assembleia de Freguesia também tinham apresentado o Voto de Pesar, pensava que o Deputado Municipal José Graça deveria de apresentar aquele Voto de Pesar na Assembleia Municipal por considerar que José Martins Fernandes era merecedor por todo o trabalho que tinha desenvolvido na Freguesia de Cachopo em tempos em que não existiam os apoios do presente e por tudo o que tinha feito pela Freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Deputado Municipal José Graça** disse que o PS apresentava aquele Voto de Pesar na sequência do falecimento de José Martins Fernandes, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, também dirigente associativo a nível local, e um dos grandes defensores das gentes da serra independentemente de estar em funções autárquicas ou não. \_\_\_\_\_

\_\_ Tinha sido autarca nos anos oitenta mas depois tinha-se mantido sempre firme do interior, sempre ativo, nunca desistindo mesmo apesar dos problemas de saúde que tinha tido nos anos finais da sua vida mantendo-se sempre um homem determinado na defesa dos interesses de Cachopo e das gentes da serra. No ano de dois mil e doze (2012) o Município de Tavira tinha-lhe atribuído a Medalha de Mérito Municipal Grau Prata reconhecendo aquele trabalho em prol das gentes de Cachopo, nomeadamente dos mais idosos, fazendo uma articulação muito forte para a criação do Centro Social de Cachopo juntamente com os seus líderes, o casal Albino Martins. \_\_\_\_\_

\_\_ Concluiu dizendo que tinha sido naquele sentido que o Partido Socialista tinha decidido propor a aprovação do Voto de Pesar pelo seu falecimento e também dar a conhecer a deliberação à família enlutada, ao Centro Paroquial de Cachopo e aos órgãos autárquicos da Freguesia de Cachopo que, também sabia, já tinham aprovado um voto naquele sentido. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Pesar pelo falecimento do saudoso “Zé do Seixo” a votação, que foi aprovado por unanimidade. O documento integral foi anexado como documento número quatro.** \_\_\_\_\_

\_\_ Disse que iam entrar no período antes da Ordem do Dia solicitando aos Deputados Municipais que se inscrevessem para usarem da palavra sobre os assuntos que julgassem relevantes serem apresentados naquela Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que primeiramente pretendia cumprimentar, em nome da bancada do Partido Social Democrata (PSD), todos os presentes e todos os que estavam a acompanhar pela *internet*. \_\_\_\_\_

\_\_ Pretendia colocar várias questões sendo que a primeira estava relacionada com uma abordagem que alguns munícipes lhes tinham feito, tendo-os questionado relativamente às acessibilidades entre a zona residencial da Marlin, perto da Pegada, e a zona empresarial do Parque de Feiras e Exposições. Era uma zona que estava a ter algumas atividades empresariais, que se iam instalando naquela zona, criando uma maior circulação e que apenas tinha um acesso, o antigo acesso às propriedades que existiam naquela zona não tendo este sido requalificado. \_\_\_\_\_



\_\_\_ O que questionava era se estava previsto ou planificado algum ordenamento de trânsito para aquela zona, a respetiva requalificação do acesso e talvez pensar em restrições à circulação de pesados. \_\_\_\_\_

\_\_\_ A segunda questão era já antiga e já a tinham colocado várias vezes, mas pretendia voltar a questionar sobre o elevador para os Paços do Concelho de modo a que as pessoas com mobilidade reduzida pudessem aceder aos serviços. Pensava ter sido perdida uma boa oportunidade durante o confinamento em que os serviços, os acessos, eram menores, pelo que podiam ter sido executadas as obras necessárias bem como a montagem do respetivo equipamento para que, presentemente, pudessem reabrir com um acesso pleno e universal a todos aqueles que pretendiam dirigir-se aos serviços municipais. Assim, pretendiam saber qual era o ponto de situação e pedir, e provavelmente já teriam poucas assembleias municipais com o atual Executivo Municipal, mas seria bom que até ao final do presente mandato aquele equipamento fosse disponibilizado aos munícipes de Tavira. \_\_\_\_\_

\_\_\_ A terceira questão que pretendia colocar estava relacionada com a EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, com o seu plano de liquidação e ponto de situação da empresa. Também gostavam de saber qual como se iria resolver e se já existia o respetivo relatório do administrador de liquidação. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Outra situação que desde há muito estava articulada relacionava-se com a rede de requalificação da zona ribeirinha, da Rua José Pires Padinha e instalação de diversos equipamentos em articulação com a Docapesca – Portos e Lotas, SA. Todos se recordavam bem de terem sido suprimidos os serviços da lota daquela zona com a promessa da instalação da nova lota na zona das Quatro Águas. Desde aquela data já tinha passado mais de um ano, dois, talvez, e até ao momento ainda nada tinha sido apresentado, pelo menos ao público, não se verificando quaisquer projetos ou comunicações públicas relativamente à construção da nova lota que era um equipamento que consideravam fundamental para não ser perdida a pouca atividade piscatória existente e, inclusivamente, para tentar até dinamizar o setor. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Na Assembleia Municipal anterior tinham discutido medidas de apoio no âmbito da Covid-19 para as empresas do Município de Tavira. Tinha sido atribuída uma verba de cerca de meio milhão de euros para candidaturas a apoios às empresas de Tavira, tendo umas conseguido esse apoio, outras não. A Presidente da Câmara Municipal tinha ficado de enviar uma informação sobre o Fundo de Apoio para o Presidente da Assembleia Municipal, que daria conhecimento pelo que queria saber se tinha sido ou não enviada. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Também pretendiam saber qual era o ponto de situação e quais os comerciantes que tinham sido apoiados e quais os que não tinham e, pelo menos em termos genéricos, estatísticos, por que motivos. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Terminou dizendo que ainda relativamente às medidas de apoio no âmbito da Covid-19, no caso para as famílias, o Município, o Executivo Municipal, tinha decidido apoiar as famílias nas rendas de habitação social até ao final de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, portanto até ao final do corrente ano. Era uma situação que, de facto, merecia apoio, no entanto também existiam situações de famílias em dificuldade com comprovada perda de rendimentos ou sem emprego, pelo que levando aquela medida a um patamar de justiça social gostavam que fosse tida em consideração a possibilidade



Handwritten signature and initials in blue ink, including a stylized signature and the initials 'A.E.' and 'Raj.' below it.

de apoiar também aquelas famílias dentro dos mesmos valores monetários, ou médias, das famílias que beneficiavam da habitação social, que eram beneficiárias. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que iria passar a palavra à Presidente da Câmara Municipal porque as questões eram-lhe todas dirigidas embora uma mencionasse o Presidente da Assembleia Municipal pelo que queria referir que não tinha recebido qualquer informação e que, como tudo o que recebia que tinha que ser comunicado aos deputados municipais era enviado de imediato, não o tendo sido, tal devia-se a não ter sido rececionado. \_\_\_\_\_

\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e na pessoa dele a distinta Mesa e os deputados municipais, os seus colegas de Executivo, os presidentes de junta de freguesia, o serviço de apoio que permitia a realização da Assembleia Municipal por aquela via e todos os que assistiam via *facebook* do Município. \_\_\_\_\_

\_\_ Quanto à primeira questão, das acessibilidades da Marlin/Pegada, era do conhecimento público que a Câmara Municipal tinha efetuado um concurso para desenvolver o projeto uma vez que não tinham capacidade de o fazer pelos meios próprios da Câmara Municipal. Presentemente já tinha sido entregue pela empresa que tinha ganho e já se encontrava aprovado. O projeto implicava o alargamento do acesso à Marlin e portanto teriam que enveredar pela compra de terrenos a privados, pelo que iriam entrar em negociações para tentar adquirir os terrenos necessários ao alargamento, sendo que posteriormente o processo estaria em condições de lançarem a empreitada. Relativamente às restrições de movimentações de pesados, não tinha ideia de que por ali circulassem muitos veículos pesados mas obviamente que poderiam verificar aquela questão com o Vice-Presidente que tinha as competências relativas ao trânsito, todavia reiterava que não tinha ideia de que circulassem por ali muitos veículos pesados. \_\_\_\_\_

\_\_ Relativamente ao elevador dos Paços do Concelho, o projeto de arquitetura estava finalizado, estando a serem elaboradas as especialidades. Já por várias vezes se tinha referido ao problema que tinham, e repetia, pois tinham uma engenheira civil a elaborar as especialidades que, presentemente estava também a desenvolver um projeto igualmente importante para o Município que era o Centro de Meios Aéreos de Cachopo, que tinha sido alvo de candidatura ao Interreg, cooperação com Espanha e que também tinha algumas questões e, portanto, a engenheira estava dividida entre as especialidades daqueles dois projetos que eram bastante importantes para o concelho. Porém, esperava lançar a empreitada antes do final do presente mandato porque embora presentemente a questão da mobilidade no atendimento estivesse praticamente resolvida com o Balcão Único uma vez que grande parte do atendimento era efetuado ali, no rés-do-chão, obviamente que existia ainda quem fosse falar com os vereadores ou com algum dos técnicos da parte do urbanismo e necessitava de se deslocar dentro do edifício dos Paços do Concelho. Portanto apesar de considerar que presentemente o Município assegurava muito mais as mobilidades devido ao Balcão Único, obviamente que continuava a ser necessário. \_\_\_\_\_

\_\_\_ No que se referia à EMPET, tinha-se realizado naquela mesma semana uma reunião pois, como já tinha dito, a EMPET tinha duas questões difíceis para resolver. Uma das questões prendia-se com uma ação que a EMPET tinha perdido no valor de quatro milhões e quinhentos mil euros (€ 4.500.000,00) e que obviamente trazia uma situação nova ao estado financeiro da empresa que, presentemente, tinha vinte e sete (27) lotes para venda, uma dívida bancária a rondar os seiscentos (600), setecentos mil euros (€700.000,00) e tinha aquela ação que tinha perdido e, portanto, aquele valor a pagar. Tinha ainda uma outra ação por força dos fundos comunitários e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) porque a administração da EMPET na altura tinha lançado a empreitada do Parque de Feiras e Exposições sem remeter o processo para visto do Tribunal de Contas e, como tal, a CCDR tinha pedido a devolução de umas verbas que tinham sido pagas à EMPET no âmbito da candidatura. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Disse ainda que com aquela ação, que grosso modo já tinha explicado, que estava relacionada com a dívida da EMPET à data em que tinha sido efetuado um determinado ofício onde era referido que também estariam em dívida cerca de três milhões de euros mais oitocentos mil euros (€3.800.000,00) em Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Já tinha estado a ler a sentença e tinha muitas dúvidas. Tinham tentado junto da advogada do consórcio que tinha ganhado aquela ação, a EMPET tinha ganhado em primeira instância e eles em segunda instância, chegar a um acordo, todavia não tinha sido mostrada vontade para tal por parte da representante. Tinham realizado a reunião antes de se decidirem pela dissolução ou insolvência da EMPET porque, em caso de dissolução toda a dívida integraria no património municipal ao contrário da insolvência que correria os termos normais. Portanto pensava que era essencial fazerem uma última abordagem, não com a advogada mas com o representante do consórcio, conforme tinha solicitado para que fosse efetuado, que sendo necessária sua presença, estaria, para tentarem chegar a acordo quanto ao pagamento dos quatro milhões e meio (€ 4.500.000,00) da dívida por força da ação que tinha sido perdida e que pensava ser muito importante para a decisão que viessem a tomar quanto à EMPET. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Quanto à Requalificação da Rua José Pires Padinha e a instalação da nova lota, disse que a construção da lota não era uma competência do Município mas sim da Docapesca. Obviamente que o Município tinha acompanhado, mas por vezes esqueciam-se que estavam a falar de uma construção nova, no caso, nas Quatro Águas, sobretudo naquela localização em que todo o projeto era alvo de pareceres de várias entidades e, portanto estava sujeito a vários pareceres de diversas entidades. \_\_\_\_\_

\_\_\_ O que sabia por parte da Docapesca era que tinham reunido os pareceres, que seriam positivos e, portanto, presentemente estariam desenvolver o resto do projeto de execução, seguindo-se a empreitada. O que tinha percebido pela conversa que tinha tido com a Docapesca era que a lota seria construída com módulos pré-construídos, pré-fabricados, sendo uma estrutura modular e consequentemente de construção mais rápida. \_\_\_\_\_

\_\_Relativamente aos empresários, de facto, já tinha aquela informação que faria chegar, sendo que também já o tinha prometido ao Vereador Rui Domingos. Tinha recebido na semana anterior o ponto de situação remetido pela Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira – UAC Tavira e tinham ajudado algumas empresas, não tantas quantas gostariam, sendo que o grande motivo de exclusão tinha sido que o Fundo se tinha extinguido rapidamente. \_\_\_\_\_

\_\_Acrescentou que provavelmente teriam sido algo ambiciosos ao querer ajudar e, portanto, não tinham conseguido ajudar tantos quanto desejariam. Obviamente que aquele não tinha sido o objetivo do Fundo, o de não ajudar todos, tendo sido apoiadas cerca de oitenta (80) empresas de várias atividades, porém muitas na área da restauração. O objetivo tinha sido o de apoiar o máximo de empresários possível e portanto, presentemente já tinha pronto um novo Regulamento, aquele municipal. Por estarem a falar de um caso excecional, de uma situação de apoio excecional, tinha estado a verificar com os juristas a possibilidade de em vez de fazerem uma consulta pública nos termos habituais da legislação dos regulamentos, o poderem fazer nos termos do Código de Procedimento Administrativo (CPA) consultando apenas algumas entidades. Tinham encontrado uma possibilidade de enquadramento que iriam seguir pelo que já tinham um novo regulamento municipal e uma previsão de alguma verba, cerca de trezentos mil euros (€300.000,00) que conseguiria integrar naquele novo Fundo. Possivelmente não poderiam ser tão ambiciosos como tinham sido mas também já tinham acautelado que o Regulamento pudesse ter algum direito de preferência pelas candidaturas que já tinham sido apresentadas pelos empresários e que não tinham merecido acolhimento por força do Fundo ter esgotado. Estavam também a trabalhar para que aquelas candidaturas de uma forma simples pudessem passar a ser enquadradas pelo Regulamento Municipal que estavam a desenvolver e que pensava que, se não tivesse sido naquele dia, no dia seguinte, seguiria para consulta das entidades, para contributos.

\_\_Concluiu dizendo que iriam afetar mais trezentos mil euros (€ 300.000,00) mas que, obviamente, daquela vez, porque não poderiam ser tão ambiciosos, a ideia era a de alargar e apoiar mais empresários e, portanto, teria uns valores algo diferentes. \_\_\_\_\_

\_\_No que se referia à justiça das medidas de apoio, queria informar que tinham tentado fazer aquele equilíbrio, sendo que se às famílias de arrendatários municipais não cobravam as rendas, obviamente que já estavam a dar alguns apoios, que era significativo em termos do não pagamento da renda, também o faziam para alimentação, entre outras, pelo que estavam a tentar equilibrar e se já apoiavam de uma forma não iriam apoiar de outra. Justiça social era o Município apoiar por via do Regulamento de Apoio à Renda que tinha sido aprovado por aquela Assembleia Municipal e que seria apresentada possivelmente na Reunião de Câmara seguinte porque já se encontrava encerrado, estando em fase de audiência aos interessados para apuramento da lista definitiva. Obviamente, que tentavam ajudar da forma mais adequada todas as pessoas que procuravam a Câmara Municipal e, portanto, se a uns não cobravam rendas, a outros que estavam no mercado de arrendamento normal, davam apoio no pagamento das rendas. No âmbito do Regulamento, no primeiro tinham apoiado trinta (30) famílias,

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

tendo efetuado um segundo aviso e previa que pudessem ajudar mais outras trinta (30), contudo diariamente também ajudavam muitas famílias. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Presentemente tinham um novo procedimento, que pensava já estar adjudicado, do que se tinha vindo a revelar como uma boa medida, as senhas de apoio alimentar, sendo que também era efetuado o apoio ao medicamento e um apoio pontual às famílias para pagamento das despesas de água, luz e outras situações. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Portanto, considerava que tentavam acudir quem precisava, acudir quem os procurava e pensava que existia justiça social pelo que lhe permitissem discordar por considerar que o Município em termos de respostas sociais tinha estado a dar uma excelente resposta sendo que, provavelmente, teriam que conversar com pessoas de outros municípios para perceber o quanto se fazia no Município de Tavira. \_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** questionou sobre o que a Presidente da Câmara Municipal discordava. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que discordava de que não existisse justiça social. \_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que não tinha dito que não existia justiça social. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que então pedia desculpa mas tinha sido o que tinha ouvido. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que o que pediam era que às famílias que pagavam rendas e que comprovadamente não tinham rendimentos ou tinham perdido recentemente o emprego, que estavam em situações mais difíceis, que tivessem apoio igual às que não pagavam renda apenas por serem arrendatários do Município. Apoiavam todas as medidas que estivessem relacionadas com o apoio social, quer as rendas ou outras, mas o que pretendiam com aquela proposta, ou sugestão, era exclusivamente melhorar e promover a justiça social que se já existia, seria apenas melhorá-la algo mais, no que fosse possível e detetável. A proposta que faziam visava exatamente isso e não acusar nem a Presidente da Câmara Municipal ou o seu Executivo, nem ninguém, de injustiça ou falta de justiça social, mas sim acrescentar algo mais. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** reiterou o pedido de desculpas por não ter percebido. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Deputada Municipal Ana Baioa** saudou o Presidente da Assembleia Municipal, os deputados e deputadas daquela Assembleia Municipal, o Executivo e os Vereadores não Executivos, os serviços de apoio que tinham sempre muito trabalho para lhes fornecer tudo o que necessitavam e todos os tavirenses que os estavam a ouvir através do *facebook*. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Disse que tinha pedido a palavra para poder saber como estava a situação do processo dos balneários da EB2/3 D Manuel I visto que era um assunto que já era abordado desde o ano de dois mil e treze e que tinha passado por todos os orçamentos da Câmara Municipal, do Executivo, porém até à presente data não tinham visto quaisquer avanços, de vontade sim, pois já tinha sido dito que iriam avançar, mas o que era certo era que visto, não tinham visto qualquer tipo de anúncio. \_\_\_\_\_

\_\_ Sabia que no ano anterior estavam a tentar estabelecer o protocolo com os Serviços Centrais do Ministério de Educação, pelo que gostava de saber qual era o ponto de situação volvidos oito (8) anos de promessas, sendo que esperava que até ao final do mandato se soubesse mais alguma coisa viável. \_

\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que era verdadeiro, que os balneários eram uma promessa antiga que não tinha projeto feito, que presentemente estava concluído e tinha um orçamento a rondar os seiscentos e cinquenta mil euros (€ 650.000,00). Após o projeto estar desenvolvido tinham-se deparado com uma questão porque entretanto o Município tinha rescindido o acordo de competências que tinha com o Ministério da Educação e, como tal, a posse de toda a escola, da EB2/3 D Manuel I e obviamente dos balneários, tinha passado para o Agrupamento Vertical de Escolas D. Manuel I. \_\_\_\_\_

\_\_ Acrescentou que tinham tentado junto da anterior Secretária de Estado celebrar um protocolo de cooperação financeira e técnica um pouco à semelhança do que estava a ser presentemente celebrado para a questão do amianto. Entretanto a Secretária de Estado, Susana Amador, tinha deixado de exercer funções, tendo havido uma remodelação do Governo. Já tinham conversado com a nova Secretária de Estado, com o novo Gabinete, e tinham uma proposta de protocolo que estava a ser analisada pelos serviços, que tinham merecido algumas considerações, mas que esperava poderem ter desenvolvimentos nos próximos tempos e que ele fosse aprovado pelo Órgão Executivo, pois pensava que teria que ser proposto em Reunião de Câmara. Posteriormente estariam em condições de lançar o procedimento uma vez que o projeto já estava finalizado. Desconhecia se naquele momento careceria de algum tipo de revisão mas pensava que estava finalizado e que poderia lançar a empreitada rapidamente pois carecia apenas da apreciação técnica da proposta de protocolo que tinham recebido do Gabinete da Secretária de Estado. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Deputado Municipal Pedro Soares** disse que o Partido Comunista Português (PCP) tinha promovido no início do mês de abril um conjunto de contatos no concelho que tinham permitido recolher algumas preocupações dos populares e que apresentavam naquela Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_ O primeiro assunto prendia-se com o Despacho n.º 2625/2021, de 09 de março, que tinham vindo atualizar a classificação das zonas de produção de moluscos bivalves com base em análises microbiológicas. Na zona de produção de Tav2, no sítio das Quatro Águas, eram reclassificadas para classe C todas as espécies exceto a ostra e o mexilhão o que implicava a proibição da apanha da ameijoia boa, exceto se essa fosse destinada à transformação em unidade industrial, desvalorizando automaticamente o produto em oitenta por cento (80 %). Tendo em conta que o relatório apresentado pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) assentava nos valores da bactéria *E.coli* detetados, sendo aquela bactéria transportada pelos esgotos e águas pluviais, tal contaminação apenas podia estar fortemente ligada às descargas de esgotos que existiam e que iam para a própria Ria. \_\_\_\_\_

\_\_ Por outro lado, os viveiristas contactados e a sua Associação referiam várias dificuldades que tinham para desenvolver a sua atividade que ia, desde logo, da dificuldade de instalação das unidades de maneio, até a um simples WC, todavia mesmo anteriormente àquela reclassificação a maior

preocupação daqueles profissionais era o futuro da atividade naquela zona pelo impacto que teria a eventual construção de uma marina nas Quatro Águas ou mesmo a ampliação do Clube Náutico. \_\_\_\_\_

\_\_ Nos oito (8) hectares dos viveiros das Quatro Águas, dez (10) produtores empregavam cerca de trinta (30) trabalhadores que tinham vindo a realizar um importante trabalho de limpeza, de investimento na recuperação daquela zona da Ria Formosa de modo a torná-la mais acessível e visitável aos turistas nacionais e estrangeiros. \_\_\_\_\_

\_\_ Assim, questionava o Executivo Municipal se conhecia as fontes daquela contaminação, que medidas podiam e deviam de ser tomadas para as eliminar e se pretendia a Câmara Municipal intervir junto das entidades competentes em defesa daquela atividade. \_\_\_\_\_

\_\_ Perguntava ainda se a Câmara Municipal também conseguia esclarecer se pretendia construir uma marina ou qualquer outra infraestrutura que interferisse com a zona dos viveiros das Quatro Águas, de modo a que pudessem dar resposta àquela Associação, se sim, quais e quando as alternativas que pretendiam apresentar aquela dezena de famílias para poderem continuar a sua atividade. \_\_\_\_\_

\_\_ O segundo assunto prendia-se com uma preocupação que já tinha manifestado na última Assembleia Municipal, pensava que em cinco de fevereiro, e que dizia respeito à instalação de painéis fotovoltaicos no Cerro de Leiria, Freguesia de Santa Catarina. Naquele sentido, como forma de perceber junto das populações quais eram os seus verdadeiros problemas e o que estava em causa, tinham realizado uma série de contactos com algumas associações e, naquela visita, em que para além dos moradores da zona, tinham participado elementos da Associação Pró-Barrocal Algarvio (PROBAAL) e do Clube de Caça e Pesca dos Montes Drs. da Jordana, tinha sido possível perceber que uma grande área que incluía uma antiga e problemática pedreira bem como inúmeras pequenas propriedades estavam a ser alvo de interesse para arrendamento ou compra por parte de uma empresa do ramo da energia para a instalação de uma central de produção de energia solar que à posteriori tinham constatado ser a empresa Iberdrola. \_\_\_\_\_

\_\_ De acordo com algumas informações recolhidas a área em questão incluía zonas classificadas como Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN) sendo ainda considerada zona de infiltração máxima e por isso com um importante papel na recarga do Aquífero. Sabiam que por estas estarem em terrenos da REN eram compatíveis com o projeto de instalação dos painéis podendo em teoria ser utilizadas para esse fim. Porém, aquelas terras eram usadas há décadas em completa harmonia pelas mais diversas comunidades e associações de cariz ambiental bem como pela própria comunidade de caçadores que tinham desempenhado um valioso papel na conservação, controlo das espécies, e limpeza dos terrenos sobretudo na época dos fogos, sendo também um espaço visitado diariamente por inúmeros caminhantes, ciclistas e observadores de aves. \_\_\_\_\_

\_\_ Considerava que apenas uma visita ao local podia realmente levar a compreender que era uma zona de elevado interesse ambiental utilizada para atividades de lazer com várias espécies vegetais autóctones e onde a fauna encontrava condições para prosperar. A preocupação daquelas populações

era legítima pelo impacto que poderia ter uma eventual instalação daquelas infraestruturas no espaço do qual usufruíam de diversas formas e sobre a qual consideravam existir um valor ambiental. \_\_\_\_\_

\_\_Sabendo que a Câmara Municipal tinha reunido no passado dia quinze de abril com a empresa Iberdrola, disse que gostava de questionar o Executivo Municipal sobre quais as conclusões da intenção da mesma reunião quanto ao projeto em causa e se a Câmara Municipal estava ou não favorável à construção daquele projeto, solicitando daquela forma ao Executivo Municipal a documentação que considerasse relativa ao processo e que pudesse fornecer à Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_**A Presidente da Câmara Municipal** disse que relativamente aos viveiristas, tinham tomado conhecimento daquela alteração da classificação pelo envio de uma notificação do IPMA e, obviamente, estavam do lado dos viveiristas porque sabiam perfeitamente o impacto que poderia ter. \_\_\_\_\_

\_\_Ficava um pouco espantada com a situação primeiramente porque a TaviraVerde - Empresa Municipal De Ambiente, E.M. garantia que não existiam descargas para o rio porque também todos conheciam a qualidade das águas balneares do concelho e, portanto referia que o relatório se baseava em sete (7) análises em que tinha sido detetada a bactéria *E.coli* no total das quarenta e três (43) recolhas que tinham sido realizadas nos anos de 2018, 2019 e 2020. Obviamente que nos dias seguintes iriam questionar, já tendo falado sobre a revisão daquela classificação porque os tinha deixado algo surpreendidos na medida em que dizendo a TaviraVerde que não existiam descargas, como podiam as análises ter aquele resultado e, portanto, tinham que tentar perceber quando tinham sido realizadas, onde tinham sido efetuadas as recolhas, para que também pudessem investigar aquela situação e contrapor aquela reclassificação para a classe C de todas as espécies à exceção da ostra e do mexilhão. \_

\_\_Os viveiristas já se tinham dirigido à Câmara Municipal onde lhes tinham explicado as razões porque não podiam construir ali uma casa de banho que, obviamente, se prendia com a proximidade da Ria Formosa. Tinham também pedido um ponto de luz, um ponto de iluminação pública, que estavam a aferir a possibilidade, bem como a da colocação de um contentor pois também os preocupava a questão do lixo e de alguma confusão, desarrumação, que existia naquela zona. \_\_\_\_\_

\_\_Concluiu dizendo que da parte da Câmara Municipal iriam tentar perceber e encontrar argumentos que lhes permitissem lutar pela alteração, pela revisão, ou mesmo anulação daquela classificação. Portanto, estavam do lado dos viveiristas, sabendo obviamente que aquela situação tinha um grande reflexo no valor do produtos pelo que pretendiam ajudar pugnando dentro do que eram as suas competências para a solucionar da melhor forma. \_\_\_\_\_

\_\_Quanto à Central Fotovoltaica, tinham tido uma reunião com a Iberdrola. Não existia projeto mas uma intenção sendo que lhe parecia que a Iberdrola estava, no momento, a tentar estabelecer contatos para arrendamento, compra do espaço, todavia não tinham conseguido dizer a localização exata. Não tinha sido ainda elaborado qualquer estudo de impacto ambiental sendo que tal intenção vinha na sequência de uma licença que tinha sido ganha pela Iberdrola num leilão efetuado pelo Governo Português também no âmbito da produção de energia verde cujo plano não se recordava do nome, para

a produção de energia mais verde que a Iberdrola tinha ganhado e presentemente procuravam um espaço para montar. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Acrescentou que a Câmara Municipal não tinha qualquer pronúncia, não conheciam exatamente a localização ou qualquer estudo, o estudo geográfico e geológico do espaço que também não estava elaborado sendo que a que a empresa tinha referido era que iriam elaborar todos os levantamentos, se existiam aquíferos, linhas de água, ou outros, e posteriormente elaborar o estudo de impacto ambiental que teria que ser sujeito a discussão pública com base em todos aqueles elementos, sendo que considerava que seria aquela a altura de todos se pronunciarem. \_\_\_\_\_

\_\_\_ O que podia fazer chegar à Assembleia Municipal era a única coisa que a Iberdrola tinha mostrado, uma apresentação do que eram as intenções pois não dispunham de nada mais uma vez que pensava que o processo apenas estaria disponível para eventual licença pela Câmara Municipal para o ano de 2023, sendo pois, algo que não iria acontecer no imediato. Obviamente que teriam que estar atentos, que tentar perceber exatamente do que se tratava, verificar o estudo de impacto ambiental para se pronunciarem em devida altura sobre qualquer impacto que pudesse ter que considerassem desajustado e que lesasse o ambiente. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Também tinha dito à empresa, porque não tinham ainda projeto, que deveriam de reunir e apresentar a sua intenção, às associações tanto de caçadores como a PROBAAL que era a Associação que se tinha constituído quando tinha acontecido o problema com a pedreira e que tinham intentado uma ação em Tribunal. Portanto tal tinha-lhes sido comunicado por considerarem que se deviam de reunir com a Associação e explicar quais eram as suas intenções porque aquele devia de ser um processo muito participado com a população que tinha que perceber se existiam vantagens que, não se verificando, tinham que se pronunciar tal como a Câmara Municipal que queria perceber muito bem todo o projeto, todavia, presentemente não gostaria de se pronunciar porque era realmente muito incipiente. Não dispondo de dados à partida, o que lhe parecia era que se tratava de um parque de grande dimensão, com impacto visual. Quanto ao impacto ambiental, ainda não conheciam, mas poderia ser também algum e portanto teriam que estar muito atentos, contudo não tinham ainda qualquer documento à exceção da apresentação que tinha solicitado ao Vereador João Pedro Rodrigues que pedisse à Iberdrola e que pensava que eles já tinham fornecido pelo que poderia fazê-la chegar ao Presidente da Assembleia Municipal para remeter aos deputados municipais. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Terminou dizendo que assim que tivesse algo de mais concreto apresentariam na Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Carlos Marcelino** cumprimentou os presentes e em especial todos aqueles que os estavam a ouvir *via facebook*. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Disse que a primeira questão que pretendia colocar à Presidente da Câmara Municipal se referia a um assunto que já tinha abordado na Assembleia Municipal realizado em novembro último e que a Presidente da Câmara Municipal tinha dito que em princípio no mês de janeiro estaria resolvido.

Referia-se à questão dos guardas-noturnos que, volvidos todos aqueles meses, apenas continuava a existir um guarda-noturno que estava sem folgas. A Câmara Municipal não respondia, o Vereador do Pelouro dizia algumas coisas mas o tempo ia passando e basicamente há dez (10) meses que a situação se mantinha sem que houvesse uma solução. \_\_\_\_\_

\_\_ Outra questão que pretendia colocar era sobre a situação das árvores de plátanos do Mato Santo Espírito que já se arrastava desde do tempo do ex-autarca Jorge Botelho, pelo que pretendia saber o que a Presidente da Câmara Municipal lhes poderia dizer sobre o assunto uma vez que, na altura, o Presidente da Câmara Municipal tinha dito que tal não seria esquecido e desde o ano de 2018 que tendo sido abordada a questão na Assembleia Municipal, ainda não tinha sido resolvida. \_\_\_\_\_

\_\_ Desconhecendo se a Presidente da Câmara Municipal poderia ou não interferir, pretendia colocar ali a situação dos funerais. Existiam duas Igrejas onde eram feitos velórios, a Igreja do Carmo e a Igreja de São Francisco. Quanto à Igreja do Carmo, esta tinha todas as condições higiénicas necessárias, tendo condições para receber as pessoas, os familiares, os acompanhantes, porém o mesmo não acontecia com a Igreja de São Francisco que, por exemplo, se uma pessoa tivesse necessidade de usar o WC, não tinha condições para o fazer. Assim, pelo que sabia tinha sido a Câmara Municipal a definir que iriam fazer-se velórios nas duas Igrejas pelo que, não sabendo se poderia intervir junto dos responsáveis da Igreja de São Francisco, deixava ali a questão pelo menos para tentar que existissem outras condições para as famílias, para que não tivessem que sair da Igreja e procurar um local no jardim ao lado ou algo do género. \_\_\_\_\_

\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que relativamente aos guardas-noturnos estava convicta que já tinha decidido, a que abertura de um concurso para constituírem mais uma vaga, ou mais uma função de guarda-noturno que era muito necessária para a baixa da cidade já tinha passado por ela. Como todos tinham conhecimento e ela já integrava a Câmara Municipal há muito tempo, sempre tinham tido dois guardas-noturnos sendo que com a aposentadoria de um deles o que tinha ficado estava a ter muito trabalho sendo as folgas uma questão muito complicada e, portanto, tinha vindo a fazer força para que fosse aberta a licença para ter mais um guarda-noturno, não para a função mas para a atribuição da licença. \_\_\_\_\_

\_\_ Desconhecia se o Vereador José Vitorino, que era quem tinha aquela competência e estava a acompanhar, poderia acrescentar mais alguma coisa, mas ela já tinha autorizado há algum tempo. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Vereador José Vitorino** disse que a Presidente da Câmara Municipal já tinha referido tudo, que efetivamente já estava a decorrer o processo para o concurso da atribuição de licença para guarda-noturno que por força da legislação tinha atrasado uma vez que tinha dado origem a um conjunto de alterações. \_\_\_\_\_

\_\_ Era, como a Presidente da Câmara Municipal tinha referido, e bem, uma preocupação que tinha por terem apenas um guarda-noturno sendo que a situação brevemente estaria resolvida pois estavam

consciente que era uma necessidade urgente sentida também pelos próprios comerciantes e, portanto, esperavam que muito em breve o concurso estivesse aberto e fosse admitido um novo guarda-noturno.

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** agradeceu a intervenção e referiu era a ideia que tinha, que o concurso para atribuição da licença estava a decorrer. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Quanto ao Mato de Santo Espírito, de facto as árvores eram um problema, sendo que não tinham ainda o projeto terminado pois não se tratava apenas do abate de árvores mas também da recolocação de novas árvores e da calçada o que também exigia um projeto de execução e de especialidades que estava a ser desenvolvido para a Pegada sendo que o Mato Santo Espírito não tinha ficado esquecido. Efetivamente o que tinham feito tinha sido junto da TaviraVerde apostar mais no tratamento das árvores de modo a que não largassem resina e também com as podas tentado minimizar, contudo sabiam que não resolveria tudo até porque existia também a questão dos plátanos e das alergias, porém tinham tentado minimizar aquele impacto. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Reiterou que não estava esquecido e esperava que o projeto ficasse concluído ainda no corrente ano e que pudessem lançar aquela empreitada para a substituição das árvores que, pelo menos, naquelas duas urbanizações, era prioritário. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Quanto aos velórios, eram efetuados pelas Irmandades que tinham os seus próprios planos de contingência. Não tinham sido consultados quanto à questão mas podia tenta perceber junto da Irmandade de São Francisco, todavia desconhecia se para além de sensibilizar poderia fazer grande coisa porque estavam a falar de Irmandades que se regiam pelo foro privado e portanto quanto muito poderiam ouvi-la mas decidiriam o que fazer como melhor entendessem. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Artur Sanina** disse que como não tinha feito na apresentação do Voto de Saudação, pretendia cumprimentar os presentes e os tavirenses que os estavam a ouvir pelas redes sociais. \_\_\_\_\_

\_\_\_ As questões que pretendia colocar eram as seguintes: \_\_\_\_\_

\_\_\_ Como simples cidadão frequentador dos transportes públicos por o seu trabalho ser em Faro e necessitar de se deslocar de comboio, tinha remetido no passado dia treze de fevereiro um correio eletrónico à Presidente da Câmara Municipal, que certamente se recordaria, a chamar à atenção para o aumento de pessoas a frequentarem o comboio, sobretudo trabalhadores agrícolas uma vez que estava a começar a época da apanha dos frutos vermelhos e ele recordava que há um ano atrás Tavira tinha sido dos primeiros locais a ter tido problemas com a Covid19 com cerca de vinte (20) daqueles trabalhadores agrícolas infetados. \_\_\_\_\_

\_\_\_ A Presidente da Câmara Municipal tinha-lhe respondido no dia seis de março a informar que a Comissão Municipal de Proteção Civil e a Proteção Civil Regional estavam atentas à situação e como tal, agradecia a sua preocupação mas, em princípio, a situação estaria controlada. No dia onze de março tinham surgido dezasseis (16) pessoas infetadas no Concelho de Tavira, precisamente trabalhadores agrícolas. \_\_\_\_\_

\_\_Tendo por base a situação quanto ao controlo da Covid19 e após reunião do BE Tavira, tinham remetido um conjunto de preocupações como a testagem, o seu aumento em Tavira especialmente nas zonas onde os trabalhadores agrícolas laboravam, especialmente pelas condições em que viviam dado que num compartimento podiam estar instaladas cerca de vinte (20) pessoas. Assim, pretendia questionar se as sugestões que tinham apresentado tinham sido acolhidas, de maior testagem no Concelho de Tavira, de forma aleatória, em determinados pontos, sobretudo naquelas empresas em que os trabalhadores agrícolas estavam a laborar. Verificavam o que estava a acontecer nos últimos dias, por exemplo em Odemira onde os serviços se estavam a deslocar às empresas e a todas as estufas a fim de identificar as pessoas e obrigar aquelas empresas a identificar, comunicar e registar todos os trabalhadores. Embora a situação em Tavira ainda continuasse controlada, sabiam que de um momento para o outro poderia exponenciar, pois num debate que tinha efetuado com empresas do Alentejo e Algarve sobre a situação da agricultura intensiva e a deslocação daqueles trabalhadores agrícolas, tinham verificado que se deslocavam do Alentejo, da apanha da azeitona, para Tavira para a apanha dos frutos vermelhos, seguindo depois para Odemira, e terminando na Beira Baixa com a apanha da Pera Rocha. Aquele era o circuito, perfeitamente identificado, que faziam as pessoas que vinham para Portugal através de mafias, de organizações que requisitavam aqueles trabalhadores, que inclusivamente eram empresas da Dinamarca, o que muito o tinha espantado, e que lhe diziam que apenas ganhariam o vencimento após efetuarem um estágio no Alentejo e no Algarve começariam a receber uma determinada quantia por cada hectare que recolhessem. \_\_\_\_\_

\_\_A pergunta que queria colocar era se aquela testagem estava na preocupação do Município com a coordenação das diversas comissões de Proteção Civil, se pretendiam deslocar-se aos locais de trabalho daquelas pessoas, porque se presentemente estavam bem, de um momento para o outro poderiam não estar. Aquela tinha sido uma preocupação que tinham manifestado à Presidente da Câmara Municipal sobre o que pretendiam saber. \_\_\_\_\_

\_\_ Outra questão estava relacionada com o subsídio aos comerciantes. Já tinham uma reunião marcada com a UAC Tavira para dia quatro de maio, porque pretendiam dar resposta às e preocupações dos comerciantes, sobretudo de microempresas e pequenos empresários que eram os que mais necessitavam de apoio e que tinham sido quem não tinha recebido porque em três ou quatro dias a verba estava esgotada apesar de haver um período mais alargado para apresentação das candidaturas. Assim, pretendia questionar se todas as candidaturas recebidas durante aquele período tinham sido analisadas, estudadas, e verificado quem eram as pessoas que mais necessitavam, ou se apenas tinham sido analisadas por ordem de entrada. Aquelas eram as questões que lhes colocavam, preocupações dos comerciantes, sendo que as microempresas, aquelas que mais necessitavam, não tinham beneficiado ao contrário das que não necessitavam ou tinham maior volume de negócio. \_\_\_\_\_

\_\_Tinha-lhes também chegado uma situação, que talvez fosse também uma preocupação da Câmara Municipal, de uma ambulância que tinha sido multada por estar a dar assistência a um doente

oncológico que tinha necessitado de se deslocar a uma farmácia. Tinha exposto a situação à Câmara Municipal e tinham respondido, e muito bem, que a área concessionada era da responsabilidade da Hidurbe Serviços, S.A., portanto questionava a Câmara Municipal se não seria bom que no protocolo assinado com a empresa para fazer a gestão do estacionamento ao nível do concelho, da cidade, que aquelas situações de apoios a doentes oncológicos que necessitassem de se deslocar a uma farmácia e a ambulância fizesse aquele trabalho, estivessem contempladas. Pensava que o protocolo deveria de ser atualizado salvaguardando situações como aquela. \_\_\_\_\_

\_\_ Questionava sobre a forma como os serviços da Ilha de Tavira seriam concessionados, cuja proposta tinha sido aprovada em Reunião de Câmara, se não deveria ser apresentada em Assembleia Municipal para conhecimento. \_\_\_\_\_

\_\_ Terminou referindo-se ao assoreamento da barra de Tavira. Disse que os pescadores continuavam a mostrar a sua preocupação por os canais estarem praticamente inavegáveis e que um inverno forte, ou até mesmo dias, iriam tornar os canais inavegáveis. A situação do Salva-Vidas também causava preocupação porque não era visto a funcionar, o que acontecia anteriormente, em que existiam mais situações que implicavam o seu uso ou mesmo para salvaguardar a entrada da barra, o que não se estava a verificar. \_\_\_\_\_

\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que relativamente aos trabalhadores agrícolas tinham sido uma preocupação desde o início precisamente pela experiência que tinham tido no ano transato e, portanto, desde o princípio que tinham contactado as explorações agrícolas, pelo menos as com maior dimensão, e tinham tentado junto do grupo restrito da Proteção Civil, que com ela reunia todas as semanas, criar uma metodologia de testes. Quando o tinham feito tinham-se deparado com explorações que efetuavam testes quinzenalmente, sendo que eles próprios promoviam aquelas testagens. Tinha aparecido dezasseis (16) trabalhadores agrícolas infetados na sequência de dois (2) que tinham sido detetados, dezoito (18) no total, e não tinha passado daquele número. Rapidamente tinham atuado e a Guarda Nacional Republicana (GNR) tinha sido digna do maior respeito pois tendo sido localizados em dois locais diferentes onde estavam a trabalhar, a GNR tinha ido para o terreno, de madrugada, e impedido aquelas pessoas de saírem para trabalhar, sendo testadas pelos serviços de saúde e após os resultados tinham sido todas colocadas em isolamento, os infetados num local, os não infetados noutra local. A Câmara Municipal, durante dez (10) dias tinha fornecido àquelas pessoas alimentação e efetuado as compras tendo os números ficado por ali. Podia dizer que na corrente semana ou na anterior, a Saúde Pública tinha testado os trabalhadores das empresas Maravilha Farms - Produção e Comercialização de Frutos, Unipessoal, Lda. e da Hubel Agrícola. Tinha sido realizados testes preventivos PCR, não testes antigénio, pelo que tinha havido a máxima atenção com os trabalhadores agrícolas. \_\_\_\_\_

\_\_ Aproveitava para efetuar uma saudação especial à equipa da Saúde que por força de também terem os números mais baixos, eles próprios tinham conversado com as explorações agrícolas e tinham ido

preventivamente testar as pessoas. Tinha sido uma atuação em conjunto para que os números do concelho se mantivessem nos níveis de risco mais baixo, e portanto, pretendia saudar todos os que diariamente trabalhavam com o Municípios, as Forças de Segurança, o Agrupamento de Centros de Saúde do Central (ACES), a Saúde Pública, a Cruz Vermelha, a Segurança Social, para conseguirem dar aquela resposta, tal como a colocação do Centro de Vacinação que tinha começado a funcionar no dia anterior, onde ainda estavam a afinar algumas questões, com os agendamentos por via dos Serviços Centrais de Saúde, por via do Centro de Saúde e por parte das pessoas. As pessoas tinham alguma ansiedade para serem vacinadas mas era importante que fossem perto da hora para que tinham marcação para evitar estarem à porta à espera de modo a não se verificarem ajustamentos, que não era bom que acontecesse, pelo que de nada valia se deslocarem duas horas antes. Os Serviços de Saúde estavam a fazer todos os esforços e existiam vacinas, para conseguirem vacinar cerca de quinhentas pessoas (500) por dia, sendo a razão por que iriam trabalhar no dia 1 de maio, sábado, precisamente para que pudessem vacinar mais pessoas e para tentarem recuperar alguns pequenos desacertos que tinham ocorrido nos dias iniciais. \_\_\_\_\_

\_\_Pedia a compreensão de todos por alguma espera mas estavam todos a trabalhar para melhorar e para que a resposta fosse melhorada e, portanto, queria também saudar os Serviços de Saúde que muito tinham trabalhado para que tudo resultasse, tal como o Vice-Presidente da Câmara Municipal que tinha vindo a ser o representante do Município e que também estava muito preocupado com a situação, que acompanhava de perto, para que tudo corresse bem. \_\_\_\_\_

\_\_Quanto aos apoios aos empresários já tinha falado. O Regulamento do Fundo de Apoio contemplava duas situações para a atribuição do apoio, a ordem de entrada da candidatura que não estava relacionada com o volume de negócios, sendo que da sua quebra dependia apenas a verba a atribuir mas não constituindo contudo critério de prioridade que era estabelecida pela ordem de entrada das candidaturas. Existiam empresas, empresários, uns com mais, outros com menos volume de negócio, uns com mais, outros com menos quebras na faturação. \_\_\_\_\_

\_\_Ao Deputado Municipal Artur Sanina tinham chegado preocupações por parte dos empresários, o que também acontecia com ela, sobretudo dos pequenos empresários, sendo por aquela razão que estavam a tentar elaborar um Regulamento, daquela vez municipal, precisamente para poderem, conforme a disponibilidade financeira do Município, injetar mais verba para tentarem ajudar as empresas. \_\_\_\_\_

\_\_Acrescentou que estavam a tentar acautelar no Regulamento Municipal que as empresas que já tinham concorrido e ficado sem apoio tivessem direito de preferência. \_\_\_\_\_

\_\_Relativamente à ambulância que tinha sido multada, não se recordava de lhe ter sido efetuada qualquer exposição naquele sentido e o que tinham eram uma concessão para a exploração do estacionamento tarifado e não um protocolo. Se tinha sido notificada para uma coima obviamente que tinham que fazer uma exposição à Câmara Municipal para que fosse analisada no âmbito do

regulamento e da concessão que tendo enquadramento certamente que poderia haver uma absolvição ou outro enquadramento jurídico. \_\_\_\_\_

\_\_ Desconhecia se o Vereador José Vitorino teria conhecimento de alguma situação pois era quem tinha a competência das coimas de estacionamento porque a ela não lhe tinha chegado qualquer reclamação relacionada com uma ambulância. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Vereador José Vitorino** disse que também desconhecia. \_\_\_\_\_

\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** reiterou que efetivamente não tinha tomado conhecimento mas que poderiam sempre verificar o enquadramento no sentido da absolvição ou de uma admoestação. \_\_

\_\_ **O Vereador José Manuel Guerreiro** cumprimentou os presentes e informou que tinha conhecimento que aquela situação tinha acontecido todavia a informação que lhe tinha sido transmitida tinha sido que não se tratava de uma ambulância mas de uma viatura de transporte de doentes não urgentes. Não estava em processo de contraordenação tendo apenas recebido a notificação da empresa que era colocada na viatura. \_\_\_\_\_

\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que tendo recebido aquela notificação da empresa cabia às pessoas elaborarem uma exposição e à Câmara Municipal decidir ou não se a coima devia ou não evoluir ou se tinha ou não condições para o fazer no âmbito das competências. \_\_\_\_\_

\_\_ Quanto às concessões da Ilha de Tavira, a Ordem do Dia daquela sessão tinha uma proposta relativa ao assunto, pelo que não compreendia a que se referia o Deputado Municipal Artur Sanina. \_\_\_\_\_

\_\_ Relativamente ao assoreamento da barra de Tavira a indicação que tinha da Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) era que, nos dias seguintes seria aberto concurso, se ainda não tivesse sido. Ao receber uma carta da Associação de Armadores e Pescadores de Tavira – (APTAV) tinha entrado em contacto com a Secretária de Estado do Mar que, percebendo o perigo em que estava a barra, iria sinalizar como prioritária aquela intervenção. Obviamente que tinha muitas intervenções semelhantes pelo país inteiro, mas tinha-lhe prometido que até ao verão, junho ou julho, efetuariam aquela intervenção sendo que posteriormente tinha tomado conhecimento pela DGRM que o procedimento estaria praticamente a ser lançado. \_\_\_\_\_

\_\_ Concluiu dizendo que pensava que aquele problema também estaria resolvido a breve prazo. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Deputado Municipal José Graça** disse que apenas pretendia fazer umas notas sobre alguns assuntos que já tinham tratado naquela Assembleia Municipal e sobre um outro assunto que não tinha sido abordado mas que pretendia dar nota para que ficasse lavrado em ata. \_\_\_\_\_

\_\_ Gostava de sublinhar a disponibilidade manifestada pela Presidente da Câmara Municipal e a transparência que também tinha demonstrado relativamente à questão da possível instalação de uma unidade de produção de energia verde por parte da empresa Iberdrola na zona limítrofe do concelho de Tavira, com Olhão e São Brás de Alportel. Primeiramente gostava de agradecer a disponibilidade e pedir de facto, à Presidente da Câmara Municipal que, quando tivesse possibilidade, fizesse chegar ao

secretariado da Assembleia Municipal a apresentação para também poderem ir acompanhando aquele processo. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Em segundo lugar, relativamente às questões da Covid19, gostava de deixar duas notas de apreço pelo envolvimento do Município, de uma forma que sabia ter total e desde a primeira hora, na montagem do centro de vacinação e pelo facto de naquele momento já estar a funcionar inclusivamente já com muitas pessoas vacinadas ao longo daquele mesmo dia, no Pavilhão da Escola Dom Paio Peres Correia. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Em terceiro lugar, registar, sublinhar a proatividade manifestada pela Câmara Municipal relativamente à exiguidade da verba que tinha sido disponibilizada e anunciada na Sessão da Assembleia Municipal de fevereiro para fazer face ao elevado conjunto de apoios que tinham sido solicitados pelos empresários de Tavira. Tinham conhecimento que os escritórios de contabilidade tinham acompanhado aquele processo, tendo dinamizado as candidaturas e, de facto, tinha sido também muito devido àquele envolvimento e àquela capacidade de apoiar as empresas também por parte de outros empresários, que trabalhavam noutro setor, que tinha levado a que aquela iniciativa do Município tivesse o sucesso que tinha acabado por ter, esgotando rapidamente a verba disponibilizada, e levando o Município a considerar outras alternativas quer através do regulamento anunciado naquele mesmo dia pela Presidente da Câmara Municipal, quer encontrando mais verbas para fazer face às necessidades das microempresas do concelho e particularmente do setor da restauração que tinha vivido tempos muito difíceis, como era do conhecimento geral. Pensava que aqueles apoios em conjunto com os apoios do Governo tinham sido determinantes para que os números do desemprego no concelho e na região se tivessem mantido estáveis e não tivessem atingido os valores de outras crises semelhantes. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Disse que gostava de dar nota do evento de âmbito nacional e regional que se tinha realizado no concelho de Tavira, na última terça-feira, e que vinha de encontro às novas tendências relativamente ao método de trabalho e à atração dos territórios de baixa densidade do interior. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Na terça-feira anterior o Governo tinha anunciado, nas instalações do Museu Zero em Santa Catarina da Fonte do Bispo, a constituição de uma rede regional de teletrabalho nos territórios de baixa densidade, no interior, e no concelho de Tavira a Presidente da Câmara Municipal tinha tido a oportunidade de assinar o protocolo com outras entidades para a criação de um espaço de *coworking* e teletrabalho na Freguesia de Cachopo que iria ficar envolvido na rede, naquela primeira fase, mas também a disponibilidade de outras entidades, manifestada logo na altura, para que viessem a integrar e a associar-se à rede numa segunda fase. De facto, presentemente era necessária a existência daquele conjunto de espaços tal e qual como já tinham tido em Tavira um espaço de *coworking* promovido pela EMPET, o LevelUp, e que tinha tido o sucesso que tinha com uma procura sempre superior à disponibilidade do espaço mas decerto a proliferação dos espaços nos território do interior do concelho, nomeadamente em Santa Catarina da Fonte do Bispo, em Cachopo, e noutras freguesias, seria

determinante para que outros jovens empresários se pudessem fixar e encontrar condições de trabalho no concelho. \_\_\_\_\_

\_\_ Gostava ali de apelar ao envolvimento das outras freguesias, nomeadamente encontrando outros espaços e também outras empresas que quisessem participar naquela rede para que, de facto, pudessem criar condições para que no concelho de Tavira também pudesse existir aquele apoio. \_\_\_\_\_

\_\_ Para terminar, porque estava relacionado, pretendia deixar ali o apelo para que o Município se envolvesse também de uma forma proativa e dinâmica num processo que muitos empresários de Tavira presentemente tinham vindo a solicitar. Tinha conhecimento que eram inúmeros os pedidos que chegavam às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações para que a rede de fibra ótica chegasse a mais locais do concelho, nomeadamente às zonas do interior ou zonas periurbanas da cidade de Tavira, o que não acontecia presentemente. As empresas faziam muita publicidade que estavam em muitos locais, mas, de facto, muitas pessoas estavam a fazer pedidos por não existir capacidade de resposta por parte das empresas. Sabia que tinham sido feitos pedidos à Câmara Municipal, mas pretendia agradecer que aquele envolvimento fosse reforçado de modo a que conseguissem ter melhor qualidade do serviços prestado por parte das empresas de comunicação, nomeadamente no acesso à internet, cujo seu caso naquele dia era um daqueles, tal como tinha acontecido anteriormente com o Vereador José Vitorino que estava na Conceição, que não era muito longe, e a situação era a mesma, estando com "Grades" de ADSL muito baixos, com um débito muito baixo, pelo que era necessário que as redes existentes, que não eram uma nem duas, mas muitas redes que existiam no concelho, fossem potenciadas e a sua capacidade de resposta fosse de facto utilizada a cem por cento (100%). \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que não tendo mais inscrições para o período antes da Ordem do Dia, iria passar ao período da intervenção do público para o que tinha dez inscrições de munícipes que tinham colocado questões e como era quinta-feira, sendo o dia seguinte, dia de trabalho, e a Ordem do Dia tinha dezasseis (16) pontos, iriam passar ao período da intervenção do público que, como sabiam, podia acontecer antes ou no final da Ordem do Dia. \_\_\_\_\_

\_\_ Por ordem de entrada, iria passar a referir as questões de cada munícipe individualmente, porque eram muitas, para no possível serem respondidas pela Presidente da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_ Começava pelo **Munícipe Hugo Barreiro** que colocava cinco questões: \_\_\_\_\_

\_\_ "1 - Para quando a colocação de contentores enterrados para resíduos sólidos e ecoponto na zona a norte da passagem de nível da estação? \_\_\_\_\_

\_\_ 2 - Para quando a requalificação do troço de estrada e sua envolvente entre a ponte dos descobrimentos e a antiga fábrica da Tavipesca? \_\_\_\_\_

\_\_ 3 - Para quando a requalificação da estrada da Pegada e sua envolvente, visto que há mais de um ano foi celebrado um contrato para requalificação dessa mesma estrada. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 4 - O centro coordenador de transportes está cada vez com um péssimo aspeto, a necessitar de obras urgentes. Estão previstas obras, ou vai mesmo avançar um novo centro coordenador de transportes perto da estação de comboios? \_\_\_\_\_

\_\_\_ 5 - Há novidades sobre a localização do novo quartel dos bombeiros e quando se prevê o início da construção do mesmo? \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que pensava que o Município se referia à entrada da cidade, pelo lado do cemitério, rua do supermercado do Aldi, para onde estava prevista uma empreitada, estando o projeto praticamente finalizado para uma intervenção naquela rua e também na Rua de Santo Estevão. Como o que era costume em todas as empreitadas que executavam, aproveitavam também para tratar também da parte das infraestruturas, enterrando as infraestruturas elétricas, e renovando as infraestruturas da TaviraVerde e, portanto, pensava que também naquela empreitada estariam contemplados estes Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). \_\_\_\_\_

\_\_\_ Relativamente ao troço de estrada e sua envolvente entre a ponte dos descobrimentos e a antiga fábrica da Tavipesca, tinha sido desenvolvido um estudo prévio para a zona que tinha acabado por não evoluir porque tendo havido algumas manifestações de interessados para poderem viabilizar um porto de pesca, um porto de recreio ou uma estrutura mista de pesca e de recreio, naquele espaço onde estava previsto, tinham decidido aguardar. Pensava que seria um projeto que não deveria de ser abandonado e que deveria mesmo estudado, obviamente que não no presente, mas que após as eleições autárquicas pudesse mesmo ser pensado com vista à sua viabilização. Tendo previsto o Porto de Pesca que ela pensava que devesse enveredar talvez por uma estrutura mista e procurar interessados que, caso não existissem interesses privados que o quisessem desenvolver, o Município deveria de começar a pensar em desenvolver aquele projeto, tentar saber obviamente quanto poderia custar e aferir se tinha realmente meios próprios, ou através de financiamento, para poderem desenvolver uma infraestrutura que pensava ser estruturante para Tavira de modo a consolidarem Tavira como um destino mais virado para a náutica. O projeto não tinha sido desenvolvido porque se fosse executado o porto, aquele já não seria o acesso às Quatro Águas que seria efetuado pela estrada de trás localizada atrás do Mercado Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Quanto à requalificação da estrada da Pegada, como já ali tinha referido, o que tinha sido contratado tinha sido a realização do projeto de execução, que há poucos dias tinham recebido, que já estava aprovado, pelo que iriam dar início à aquisição das parcelas de terreno para que depois pudessem proceder ao alargamento da estrada lançando a empreitada. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Relativamente ao Centro Coordenador de Transportes também estava a ser preparada a abertura de um procedimento que obviamente teria como objeto o diagnóstico de algumas patologias porque lhes parecia que também em termos das fundações poderiam já haver algumas patologias. Também contemplaria uma proposta de intervenção nas casas de banho, espaços interiores, pintura, e outras. \_\_\_

\_\_\_ No que se referia ao novo Quartel de Bombeiros, existia um terreno municipal que do ponto de vista quer seu, quer do responsável da Proteção Civil Municipal, Comandante Miguel, tinham algumas reticências relativamente aos acessos, uma vez que não tinha um acesso rápido e direto e, portanto, teríamos uma predileção por outro espaço, outro terreno, que não era urbanizável mas que pensava que teriam todas as condições para no momento em que estavam a elaborar a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), podermos considerar aquele terreno porque estavam a falar, não do Quartel dos Bombeiros, mas de algo mais, de um complexo municipal de Proteção Civil, pelo que teriam todo o interesse em poder em desafetar aquele terreno e, pensava que no momento em que estavam praticamente a iniciar as conferências procedimentais com as entidades, tendo sinalizado aquela localização como um projeto de interesse público a desenvolver, esperavam que as mesmas pudessem acolher aquela proposta de modo a terem um Quartel de Bombeiros com umas vias de comunicação rápidas para dentro e para fora da cidade pelo que valeria a pena esperar um pouco e ficarem com aquela localização privilegiada. Obviamente que se na primeira conferência as entidades mostrassem logo alguma relutância, teriam que enveredar por a outra solução que não seria tão boa, todavia era determinante que aquele equipamento viesse a acontecer e a ser rapidamente uma realidade no Município. \_\_\_\_\_

\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal passou à segunda intervenção, do **Município Francisco Gouveia Pedro** que começava por dizer que: *"...é proprietário e residente assíduo em Cabanas de Tavira. No seu agregado conta com familiares idosos e netos um dos quais com 10 meses."* \_\_\_\_\_

\_\_\_ Depois referia que: *"Acidentes recentes de naufrágio com o transporte para a praia com a utilização de embarcações comerciais demonstram por si sem carecerem de justificação, um perfil de risco particularmente elevado para crianças e idosos, o qual urge que o executivo camarário se tenha já debruçado sobre a matéria, dado tratar-se de uma questão pura de segurança."* \_\_\_\_\_

\_\_\_ Havendo cabimento orçamental para um investimento na zona, foi com perplexidade que o signatário tomou conhecimento da substituição do passadiço de madeira de acesso à praia. Sendo engenheiro, embora desconheça se existe um parecer técnico sobre risco de colapso do passadiço, nunca lhe pareceu até ao 3º trimestre de 2020 que pudesse ser o caso. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Em função do exposto: \_\_\_\_\_

\_\_\_ 1- Vem solicitar que lhe seja esclarecido porque é que o executivo camarário, tendo conhecimento do grave problema de segurança na travessia por barco, e da urgência dessa mitigação, optou por utilizar as verbas disponíveis numa obra de segunda prioridade em termos de segurança. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 2- Se o executivo já tem solução para o problema de segurança atrás descrito, e em caso afirmativo, qual a solução e qual o timing. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 3- Mais pede ainda esclarecimento como é que o executivo camarário estando devidamente alertado para este risco de segurança, irá justificar a sua inação se voltar a acontecer outro naufrágio com possível perda de vidas." \_\_\_\_\_

\_\_A Presidente da Câmara Municipal disse que começava por falar, até porque existiam mais perguntas sobre aquela questão que estava relacionada com a substituição de parte do passadiço de acesso à praia de Cabanas e sobretudo da parte que tinha estacaria dentro de água, que desde o final do ano de 2018 que os técnicos da Câmara Municipal tinham sinalizado o passadiço como tendo algum risco em termos da sua estrutura, dela estar a ficar deteriorada e débil e, no início do ano de 2019 tinha começado a ser desenvolvido aquele projeto de substituição, ou seja, tirar um e por outro passadiço. \_\_

\_\_ Pensava que no ano de 2019 tinha sido efetuado um reforço daquela estrutura, uma obra grande, no ano anterior tinha voltado a ser feito novo reforço, sendo que os técnicos da Câmara Municipal tinham dito que o passadiço não aguentaria mais, que presentemente ele estava a colocar em perigo a segurança das pessoas que estivessem em cima dele. A própria empresa que tinha retirado o passadiço tinha confirmado aquela situação frágil e, portanto, quando o Município dizia, e obviamente que não era técnica, que era uma obra de segunda prioridade, aquilo que lhe tinha sido transmitido tinha sido de que se tratava de uma intervenção de primeira prioridade, sendo que obviamente havendo risco para as pessoas que se deslocavam à Ilha de Cabanas, milhares de pessoas, seria sempre uma obra de primeira prioridade. \_\_\_\_\_

\_\_ Acrescentou que a intervenção parecia de grande envergadura mas efetivamente era apenas a substituição de uma parte do passadiço e que contemplava também a sua ampliação, porque quem era frequentador da Praia de Cabanas, como ela própria com a sua família, sabia da confusão e desorganização que se gerava no embarque e desembarque dos barcos, as pessoas que chegavam e as que saíam da praia, porque existia a carreira que tinha ganhado a concessão, existiam as marítimo-turísticas que também faziam o transporte e ainda as do Aldeamento das Pedras da Rainha que tinham os seus próprios barcos para transporte dos seus clientes. Todos os dias existiam discussões em cima do cais porque se passava à frente e porque não se passava à frente, pelo que aquela ampliação do cais seria para criar três vias, duas de desembarque e uma para quem saía da praia, para que pudessem dividir e ter filas das pessoas que iam uns barcos e filas para outros barcos. \_\_\_\_\_

\_\_ Tinham optado por outro tipo de estacas, já não em madeira mas estacaria metálica, por força da erosão que estas sofreriam. Obviamente que também já muito se tinha falado por estarem a usar madeira exótica, que na realidade era madeira normal, sendo aquele o seu nome, por que tinha que ter um tratamento para poder ser mais resistente e, portanto, na opinião do Executivo Municipal estavam a executar uma empreitada muito necessária até porque, no ano transato, tinha havido um momento em que tinham estado próximo de interditar o cais, que tinha sido reavaliado e garantido que este aguentaria, que teria alguma segurança. \_\_\_\_\_

\_\_ Continuou dizendo que presentemente nenhum dos técnicos municipais assinava um termo de responsabilidade para qualquer intervenção de manutenção que ali pretendessem executar e, portanto, não podia concordar com o município porque o que lhe tinha sido transmitido não era o que dizia mas

que se tratava de uma intervenção prioritária com sinais de degradação da estrutura muito evidentes sobre o que existia documentação nos serviços municipais. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Relativamente à segunda questão relacionada com a segurança e que no ano transato tinha havido um acidente, referia que o Município relativamente às competências naquela área fluvial, na área dos transportes, tinha apenas recentemente recebido aquela competência, sendo que as novas concessões já seriam lançadas pelo Município, todavia a navegação era da competência da Polícia Marítima. O Município podia pugnar, podia pedir, podia aconselhar, podia dar sugestões, mas obviamente era uma área em que quem teria sempre a jurisdição, quem teria que acautelar a segurança dos canais era a Polícia Marítima cabendo à Câmara Municipal apenas pugnar pelas questões de realização das concessões, mas o cumprimento das regras da navegação era da competência da Polícia Marítima. \_\_\_\_

\_\_\_ Percebia que as pessoas considerassem que o valor de meio milhão de euros (€ 500.000,00) era um valor muito elevado mas também era necessário para que tivessem um melhor acesso à Praia de Cabanas porque também ninguém gostava de vir de férias e depois passar ali largas horas num passadiço e nem das discussões que se geravam porque passavam à frente, que ela já tinha assistido muitas vezes, porque, como já tinha dito, era mesmo frequentadora da Praia de Cabanas, uma frequentadora bastante assídua. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao munícipe seguinte, que no caso eram dois, **Gail e Francis Notin** que pediam para ser lida a carta enviada ao Presidente da República, solicitando resposta e explicação. \_\_\_\_\_

\_\_\_ A questão que tinham enviado ao Presidente da República com conhecimento ao Município através de correio eletrónico era: "*Cabanas de Tavira Destruição Ambiental, Económica e Social*", que passava a ler: \_\_\_\_\_

\_\_\_ "*Gostaríamos de chamar sua atenção para graves fatos e uma situação económica catastrófica e inaceitável da Vila de Cabanas de Tavira, que deve sua vida ao turismo e ao acesso a sua ilha e praia.* \_\_\_\_

\_\_\_ *Escrevemos-lhe na qualidade de Cidadãos Europeus, Residentes no Algarve desde 2015, como membro da comissão de proprietários do complexo Royal Cabanas Beach 1, também somos proprietários de 2 apartamentos e contribuintes em Cabanas de Tavira.* \_\_\_\_\_

\_\_\_ *Vimos também na qualidade de subscritores da Petição Pública em apoio dos Cabanenses, Empresários e Alojamentos de Cabanas, quem por muito tempo solicitaram uma travessia pedonal para a ilha e praia de Cabanas de Tavira, Livre e Todo o Ano. Que permita o Acesso Livre Todo o Ano, Fundamental para atenuar a Sazonalidade, que nesta terra é muito acentuada, visto o serviço Privado Poluente de barcos de Acesso ao Ex-Libris de Cabanas, só funciona alguns meses, ficando todas as outras Atividades Económicas da Terra Prejudicadas durante o resto do ano.* \_\_\_\_\_

\_\_\_ *Sendo uma solução que discrimina os mais idosos e quem tenha mobilidade reduzida, não é inclusiva de Todos os Cidadãos. Que dificulta o socorro e evacuação fácil e atempada de sinistrados na praia.* \_\_\_\_

\_\_\_ Não percebemos por que razão as obras promovidas pelo Município começaram agora, em cima da retoma das atividades e da estação de aluguer que começa em Maio. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Obras que ninguém entende como se pode optar pela solução em causa, com o seu elevado custo e que dispensou considerações ambientais, dentro do Parque Natural da Ria Formosa e Rede Natura 2000.

\_\_\_ Para grande surpresa de todos, a primeira intervenção, foi a destruição do antigo passadiço, ficando as pessoas sem uma forma fácil de aceder a Praia durante todo o tempo que decorrerem os trabalhos de construção do novo. \_\_\_\_\_

\_\_\_ A alternativa apresentada pelo município, é que as pessoas são desembarcadas na areia e percorram mais de 200 metros, com água pelos joelhos na maré alta, na maré intermédia o caminho plano passa a ser feito em areias quase movediças. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Depois de um Ano de Pandemia, de Perdas Brutas nos Negócios do Portugal e do Algarve. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Numa altura de reabertura e da possível retoma, por decisão de um executivo municipal, que demonstra uma total falta de respeito e consideração pelos Municípios, Contribuintes, e investidores Portugueses e estrangeiros. Só podemos pensar em qualquer incompetência, ou uma forma deliberada de prejuízo de todos intervenientes na cadeia económica da Vila de Cabanas. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Promoveram a Destruição do Fragilizado Tecido Empresarial de Cabanas, pois sem um Acesso Fácil à Praia, que podia e devia continuar a ser prestado pelo antigo, enquanto o novo se construía, as reservas nos Alojamentos já começaram a ser canceladas. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Sem pessoas nos Alojamentos, todas as outras atividades económicas sofrem também. Logo agora que as expectativas de empresários e empregados, de voltarem ao possível normal estavam a chegar. \_\_\_

\_\_\_ Como o município apenas prevê que a obra esteja acabada, em Julho, se nada derrapar. \_\_\_\_\_

\_\_\_ A consequência será o fechamento definitivo de muitos negócios. Já temos conhecimento que há negócios que este ano não abrem. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Muitas reclamações foram dirigidas na Câmara Municipal e permaneceram sem respostas. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Agradeço em meu Nome e todos os investidores (que através de seus investimentos também geram riqueza e postos de trabalho em Cabanas de Tavira), a atenção dispensada na leitura deste pedido de socorro e ajuda, para preservar a natureza para futuras gerações e salvaguardar a preservação dos negócios e dos empregos em Cabanas de Tavira." \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse, repetindo-se, que a intervenção em curso era imprescindível, inadiável, em virtude da perigosidade que a estrutura representava para a segurança das pessoas que a utilizavam. Considerava que mais grave do que ela acontecer naquele momento, sendo que obviamente ela própria desejasse que a empreitada se tivesse iniciado em dezembro e pudesse estar concluída mais cedo todavia tinha-se iniciado em fevereiro. Pensava que pior que tudo para Cabanas era se acontecesse um acidente, que as pessoas caíssem do passadiço e houvessem feridos graves, sendo que se tal acontecesse é que seria muito problemático para o tecido empresarial e

económico de Cabanas, pelo que reiterava que a decisão tinha sido tomada tendo em conta a segurança de quem frequentava a praia. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Assim, quem considerava que o Executivo Camarário e ela própria deliberadamente pretendiam de alguma forma contribuir para que Cabanas tivesse um verão com menos pessoas, com menos turistas e obviamente com consequências para o tecido empresarial numa fase em que ela, e todos, a Comissão, as Forças de Segurança, diariamente trabalhavam para precisamente que os números se mantivessem e pudessem continuar a desconfinar, para que a economia pudesse trabalhar, considerava que era injusto falarem daquela forma sem tentarem perceber quem estava na posição de decidir com base em todos os factos. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Já tinha referido que tinham iniciado aquele projeto no mês de janeiro e ao contrário do que o Município referia tinham-no remetido para parecer de todas as entidades, como acontecia com todos os processos da Câmara Municipal, sendo que até se tinha tratado de um processo relativamente rápido porque não era uma construção nova mas apenas uma substituição e tendo as entidades emitido o parecer para a construção, presentemente, para a substituição, apenas teriam que estudar as alterações que tinham solicitado, como a alteração do uso dos materiais e o alargamento, nos instrumentos de gestão territorial, de enquadramento. Como se referia a uma substituição a intervenção tinha decorrido daquela forma, retirando um para iniciar o outro porque iria ter praticamente o mesmo traçado. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Obviamente que a partir do momento em que era lançada uma empreitada na plataforma perdiam um pouco a gestão, pois havia prazos a cumprir, erros e omissões, prazos de resposta, prazos para entrega da documentação que podia não estar completa tendo os prazos que ser prorrogados, pelo que deixavam de controlar. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Porque estavam a falar de Cabanas, abria um parentese para dizer que na corrente semana tinham recebido o visto do Tribunal de Contas da empreitada da Requalificação da Rua Capitão Jorge Ribeiro sendo que dentro de um mês a intervenção poderia estar a decorrer mas obviamente que não iriam iniciar sem antes juntamente com o Presidente da Junta de Freguesia auscultar os empresários sobre se aquela seria a altura adequada para o fazer, porque provavelmente não seria, pelo que a suspenderiam para se iniciar em setembro ou outubro, conforme o entendimento. Tinha aberto aquele parentese para exemplificar que aquele concurso tinha sido aberto em janeiro do ano de dois mil e vinte tendo recebido o visto apenas naquela semana e para que todos soubessem que não se tratava de um capricho da Presidente da Câmara Municipal, executar ou não. As empreitadas eram muito demoradas, uma empreitada de um milhão e meio de euros demorava muito tempo para além de todo o tempo que o projeto levava. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Obviamente que da sua parte e de todos, tinham tentado ser o mais céleres possível para que aquela intervenção da substituição do passadiço de Cabanas tivesse acontecido o mais rapidamente. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Ao contrário do que o Município também afirmava a indicação que ela tinha era que a intervenção poderia estar terminada no final de junho. Tinha tentado verificar todas as soluções para não se

circular pela areia e, inclusivamente, tinham estado a aferir a situação dos flutuadores, que tinham um problema porque parecia existir alguma dificuldade na amarração e, portanto, poderiam não ser seguros, todavia continuavam a tentar procurar uma solução para minimizar aquele período em que as pessoas não poderiam utilizar o passadiço ao mesmo tempo que a fiscalização controlava o empreiteiro para que a intervenção se desenvolvesse em tempo. \_\_\_\_\_

\_\_ Concluiu dizendo que realmente considerava aquela exposição injusta e que do lado de quem decidia, não podia decidir de outra forma que não fosse colocar sempre as pessoas e a sua segurança em primeiro lugar por considerar, e repetia, que o que seria mau para Cabanas era realmente se houvesse algum acidente tornando o verão irrecuperável para todos. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** passou à questão seguinte que no caso era da **Associação de Viveiristas de Tavira** que remetia um documento onde colocava as seguintes questões: \_\_\_\_\_

\_\_ *“O que pode fazer o Município em relação à reclassificação para “C” do TAV2?”* que era um assunto que já ali tinha sido abordado. \_\_\_\_\_

\_\_ *“O que pensa fazer nas Quatro Águas o Município de Tavira?”* \_\_\_\_\_

\_\_ *Qual a postura do Município em relação à zona de produção de Quatro Águas?* \_\_\_\_\_

\_\_ *Qual é a posição do Município em relação à necessidade dos produtores de unidades de maneo de bivalves? Unidades que foram indeferidas mesmo estando contempladas no POC e no Plano de Aquicultura.”* \_\_\_\_\_

\_\_ Terminou dizendo que aquelas eram as questões da Associação de Viveiristas de Tavira, algumas delas já ali abordadas. \_\_\_\_\_

\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que relativamente à questão da reclassificação, pensava já ter respondido no início da Assembleia Municipal quando da questão colocada pelo Deputado Municipal Pedro Soares, sendo que estavam a tentar perceber a questão das análises, onde tinham sido tiradas. Reiterava que não percebiam a situação uma vez que a TaviraVerde lhes garantia que não fazia descargas. Estavam a falar daquela alteração por força de ter sido detetada a bactéria em sete (7) análises das quarenta e três (43) que tinham sido realizadas nos anos de 2018, 2019 e 2020. Obviamente que iriam tentar realizar novas análises para perceberem onde eram os locais de recolha e tentarem que aquela reclassificação pudesse ser anulada ou efetuada nova classificação. \_\_\_\_\_

\_\_ Quanto ao que pensava fazer nas Quatro Águas, o que gostava mesmo de realizar era a requalificação do cais das Quatro Águas e a dinamização daquela zona, obviamente no que a parte pública podia intervir. \_\_\_\_\_

\_\_ Quanto à questão seguinte o que pensava que a Associação pretendia referir, era a existência de um interesse de um privado para a construção de uma Marina, que tinha sido manifestado às entidades que tinham emitido os seus pareceres, alguns desfavoráveis, outros com algumas condicionantes, que veriam se seriam ultrapassadas ou não e quais as consequências que poderia ter para os viveiristas, todavia não existia qualquer projeto aprovado, mas apenas de intenções de um privado. \_\_\_\_\_

\_\_ A postura do Município em relação à zona de produção das Quatro Águas, já o tinha mencionado, era de estarem ao lado dos viveiristas, sendo que obviamente a questão da requalificação os preocupava, tal como a questão do lixo, de pretenderem mais condições, como também já tinham falado, uma casa de banho, luz, entre outras. \_\_\_\_\_

\_\_ Há algum tempo tinha recebido uma comunicação sobre com a criação de uma Comissão relacionada com a produção em aquacultura na qual estavam também representados os viveiristas que iria avaliar, elaborar um estudo, e depois pronunciar-se sobre as licenças mais antigas, sobre a renovação ou não daquelas licenças e sobre a localização e deslocalização de viveiros. Portanto, o que tinha entendido da comunicação que tinha recebido era que a Comissão estava constituída, estava a realizar o seu trabalho e, portanto, pensava que também deviam de estar atentos ao que iria produzir para poderem intervir em tempo útil no sentido de salvaguardar a zona de produção dos viveiristas. \_\_\_\_\_

\_\_ Quanto à última questão: "*Qual é a posição do Município em relação à necessidade dos produtores de unidades de manejo de bivalves? Unidades que foram indeferidas...*" não tinham sido indeferidas pelo Município que apenas dava parecer. Pensava que estivesse relacionada com um pedido de parecer que tinham recebido para a colocação de uns contentores, que provavelmente tinha merecido um parecer negativo do Município, mas como não estava totalmente certa da questão, o que sugeria era que a Associação de Viveiristas pudesse marcar uma reunião com ela, com o Vereador João Pedro, e que pudessem efetivamente analisar exatamente a questão porque não sabia exatamente do que estavam a falar, desconhecendo se tinha percebido exatamente a pergunta e, portanto, preferiria que pudessem falar numa reunião de modo a esclarecerem também as dúvidas que tinham, para o que estavam disponíveis. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao **Munícipe Ricardo Leonor** que dizia o seguinte: \_\_\_\_

\_\_ "*Existe um passadiço em construção em Cabanas cujo término será muito para lá do prazo anunciado pela CMT (palavra dos próprios responsáveis da obra que preveem a sua conclusão nunca antes do final do mês de Julho). Perante as evidências e sabendo que a praia é a principal fonte e atrativo turístico de Cabanas, como prevê a CMT salvaguardar o acesso à mesma durante os meses de Verão? Como pôde a CMT avançar com este projeto durante os meses de maior afluência turística, prestando assim um péssimo serviço a quem nos visita e que procura, acima de tudo, tranquilidade e qualidade?* \_\_\_\_\_

\_\_ *Uma vez que a construção do referido passadiço é uma obra de grande envergadura, de custos avultados e atendendo ao facto da atual travessia não oferecer qualidade ou capacidade de resposta, qual o plano da CMT para o futuro atravessamento da ria? Uma obra desta envergadura e custos não pode de forma alguma terminar nas atuais e rudimentares condições de acesso, pelo que não fará muito sentido a CMT ainda não ter um projeto para o mesmo. Aproveito também para questionar sobre qual o ponto de situação dos estudos acordados sobre a viabilidade de um acesso pedonal para a zona (de Outubro até à data)?* \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que pensava já ter respondido a praticamente todas as questões relacionadas com o atravessamento e, relativamente aos estudos de viabilidade, presentemente já tinham uma proposta de localização e de traçado para a ponte pedonal que pensava ser um primeiro *draft*, de um primeiro traçado que estaria no curto prazo pronto para prosseguir para consulta das entidades, e quando referia “no curto prazo”, queria dizer talvez na semana seguinte ou na outra, aguardando depois a pronuncia das entidades sobre as propostas de traçado e de localização. \_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que a questão seguinte era do **Município Artur Cruz** era semelhante e passava a ler: \_\_\_\_\_

\_\_\_ *“Dr<sup>a</sup> Ana Paula, um passadiço de mais de meio milhão de euros (+IVA) apenas para ligar o cais à concessão na praia, não se explica por questões de segurança, é claramente uma aposta da CMT numa travessia por barcos maiores, num reforço do atual modelo, o que implica a dragagem profunda da ria. Confirma que é isso que a CMT está apostada para a solução do grave problema de segurança e incapacidade que o atual modelo de travessia para a ilha de Cabanas evidência há largos anos? \_\_\_\_\_*

\_\_\_ *Todos os Cabanenses aguardam com expectativa a resposta a esta questão.” \_\_\_\_\_*

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que pensava que a resposta já tinha sido dada mas passava novamente a palavra à Presidente da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que, de facto, pensava que a resposta já tinha sido dada, sendo que o que tinha estado na base da decisão tinham sido exclusivamente as condições de segurança até porque o cais seria para manter e, portanto, se estivessem a falar de outro tipo de embarcações obviamente que a intervenção contemplaria também aquela alteração. O que tinha referido tinha sido a substituição para alargamento do espaço para as pessoas que estavam à espera e acima de tudo a questão da segurança com estacaria nova que era mais resistente. Assim, não conseguia perceber como a substituição de um passadiço poderia levar àquela interpretação de que a travessia seria para barcos maiores, até porque seria uma incongruência uma vez que estavam a estudar a viabilidade de uma ponte de acesso. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao **Município António Grazina** que dizia o seguinte: \_\_\_

\_\_\_ *“Num tempo em que a atividade física e lúdica, a ecologia e o contacto com a natureza, são tão propalados e incentivados, seria uma boa altura para finalmente efetivar a construção de um acesso complementar à ilha de Cabanas por forma a devolver à população e ao turismo o acesso que foi retirado há anos pelas dragagens. Quem vive em Cabanas e precisa de quem nos visita, carece deste acesso livre de sazonalidade e não pode ver depender do recurso à utilização de meios marítimos, nomeadamente sonoras e fedorentas carreiras de barqueiros ou embarcações próprias, o acesso ao que a natureza, na freguesia mais bonita de Tavira, tem para oferecer. Esta solução tem de ser uma urgência maior. Não haverá outra praia do país que, à distância a que a nossa se encontra, esteja sujeita a tal atropelo de acessibilidade que só pode fazer sentido num país recôndito do terceiro mundo. Em todos os cursos de água onde foi necessário atravessar por barco surgiram pontes, de ribeiras aos grandes rios. A*



*ausência de uma união que junte Cabanas à sua ilha, já nem por incúria ou distração se justificam. Podemos ter esperança?"* \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que já tinha deixado bem claro que tinham uma proposta de localização, de traçado para uma ponte pedonal de acesso à praia de Cabanas, que iria prosseguir para consulta às entidades. De facto, poderiam ter esperança, mas a experiência dizia-lhe que não seria um processo rápido pois há um ano e meio que estavam com o processo de pareceres de entidades para os balneários da Ilha de Tavira, sobre o que era até criticada e no entanto tudo fazia para os poder substituir, todavia infelizmente acabava por encontrar uma série de constrangimentos junto das entidades para algo que era apenas dar mais comodidade e uma melhor imagem à Ilha de Tavira onde a requalificação ou a reformulação das casas de banho eram imprescindíveis. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Acrescentou, até porque pensava ser uma pessoa com *"os pés na terra"* que acreditava que iriam receber pareceres favoráveis ou não, mas que teriam sempre inúmeras condicionantes que teriam que ultrapassar. As entidades envolvidas seria certamente a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), a Polícia Marítima, e teriam que ter em conta a navegação permitindo o acesso por barco e, portanto, teriam um conjunto de questões. Aquele era apenas o primeiro passo num caminho que previa ser longo até porque as próprias empreitadas eram longas mas a fase de preparação dos projetos também não deixava de o ser. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Terminou dizendo que poderiam ter esperança, que pensava que na semana seguinte com o envio do processo às respetivas entidades dariam o primeiro passo para que a ponte acontecesse pensando que em nenhum momento o processo tinha estado numa fase tão avançada em que saia das intenções para os papéis. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** passou a ler as questões da **Munícipe Fátima Calhau** que, na prática, eram também sobre o mesmo assunto: *"No nosso concelho temos duas Ilhas Barreira que apresentam características intrínsecas semelhantes, o que tanto distingue a ilha de Cabanas da ilha do Barril? Se em termos físicos e naturais há tamanha semelhança porque não acabar com a discrepância na acessibilidade à praia de Cabanas?"* \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que considerava nada mais haver a acrescentar, pois a ponte permitiria que a acessibilidade fosse muito melhorada e que pessoas com acessibilidades reduzidas pudessem frequentar a praia. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao **Munícipe José António Pinto** que também versava sobre o mesmo assunto: *"Em Cabanas, dadas as condições naturais conhecidas, o investimento numa travessia por barcos é o triplo do investimento numa travessia pedonal. Some ao passadiço que está em construção claramente desenhado para suportar milhares de pessoas estacionadas durante horas que apenas se justifica num modelo de travessia massiva por barcos, novas rampas e novos cais e uma profunda e vasta dragagem absolutamente imprescindível para viabilizar a travessia por barcos e*

construiria 3 pontes. Do ponto de vista ambiental, uma travessia pedonal não acarreta problemas de maior, contrariamente a uma travessia intensiva por barcos, sejam eles mais ou menos poluentes. Do ponto de vista de serviço público a travessia por barcos apresenta imensas limitações e fundamentalmente não serve os interesses dos municípios. O que tem a dizer aos cidadãos de Cabanas que há décadas anseiam por uma ponte para a sua ilha, qual a sua aposta para o futuro do acesso à ilha de Cabanas, uma travessia pedonal, ou uma travessia com barcos maiores?" \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que já tinha referido que o processo iria ser longo pelo que teriam que utilizar o passadiço e a forma atual de acesso à praia, provavelmente por mais dois ou três anos. Presentemente o processo da ponte estava numa fase embrionária e, como já tinha referido, pela sua experiência, aqueles eram processos relativamente demorados. Tinha-se referido ao caso da Ilha de Tavira para o demonstrar mas esperava que não demorasse tanto, todavia ainda poderia demorar mais, pelo que tinham de estar preparados e até então iriam utilizar o acesso da forma atual. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Quanto à questão da ponte já estava explicada, estudada, tendo também já explicado a razão da escolha da solução atual pelo que não iria voltar a referir o que tinha estado na base da decisão para a substituição e alargamento do passadiço, que era uma questão completamente diferente, e que não deveriam de estar a associar à ponte. Uma coisa era o acesso que ficaria daquele modo e que se manteria mesmo com a construção da ponte para quem se deslocasse de barco que, obviamente seriam menos pessoas, mas presentemente, e o que iriam ter no verão, era a substituição e alargamento do passadiço existente. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Ainda relativamente às questões da Múncipe Fátima Calhau a mobilidade para a Ilha do Barril era efetuada por força da ponte porém o acesso de pessoas com mobilidade reduzida fazia-se pelo transporte no comboio que era privado. Aproveitava para dizer que também estavam a desenvolver uma parte de passadiços para a parte pedonal que, obviamente, também não tinha condições de acesso, sendo muito estreito e, portanto, também estavam a desenvolver um projeto de passadiços que também ele careceria de um conjunto de pareceres de diferentes entidades. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que iria passar ao último município que era o **Município Carlos Correia** que questionava: "... porque não há barcos da carreira normal a levar as pessoas para a praia de Cabanas?" \_\_\_\_\_

\_\_\_ *Por que motivo o único que faz o serviço, não pode atracar no cais público, sendo este apenas para atracar barcos privados que não prestam serviço público nenhum?"* \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que tinham havido alguns problemas com a concessão do transporte público de Cabanas que pensava estar em contencioso no Tribunal e, portanto, pensava que funcionava com uma licença provisória. Aquela questão por via da aceitação das competências passava para a Câmara Municipal que lançaria uma concessão que, enquanto não existisse a ponte, teria que contemplar carreiras todo o ano porque eram transporte público. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Aquelas empresas que fazia o transporte e ganhavam as concessões, não fazendo carreiras públicas como era o caso da Ilha de Tavira, faziam à Docapesca um pedido para durante algum tempo fazerem aquele transporte e a Docapesca autorizava. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Obviamente que as pessoas iam mais à praia no verão mas estando a falar de transporte público de passageiros, considerava que os concessionários tinham que garantir o transporte público durante todo o ano, que podiam ser serviços mínimos, duas carreias de manhã e duas à tarde, tendo as pessoas que condicionar as suas deslocações, porque também percebiam que o objetivo do concessionário era o de ter algum lucro, sendo a razão por que concorria à exploração daquele serviço público que seria da competência do Estado que entendia não conseguir prestá-lo, concessionando-o a privados. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Pensava que aquela devia de ser sempre uma preocupação, tal como podia ser que os barcos fossem menos poluentes, entre outras, pelo que ao lançarem as concessões, e nessa altura já seria competência do Município, teriam que acautelar várias questões entre as quais, que lhe fazia todo o sentido, fosse a garantia do transporte todo o ano, que poderia talvez a pedido excepcional não se realizar nos meses de dezembro e outros, mas teria que ser avaliada a possibilidade de existir ou não, que a não existir sempre seria por períodos muito curtos já que tratando-se de uma concessão de transporte público, este teria que ser garantido, não fazendo sentido que fosse de outro modo. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal informou que tendo acabado o período de intervenção do público iriam entrar na Ordem do Dia, pelas informações, que eram quatro, antes das propostas que tinham para analisar. Iniciavam com a Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.** \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que após o confinamento e com o regresso e abertura dos museus municipais no dia 10 de abril, tinham inaugurado a exposição “CONTRA-PAREDE” e reaberto o Palácio da Galeria. Tratava-se de uma exposição de arte contemporânea, por três artistas, Ana Vidigal, Nuno Nunes Ferreira e Pedro Gomes para a qual, obviamente, estavam todos convidados a visitar. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Entre os dias 08 e 12 de março tinham tido a Semana da Leitura, revisitada, também em versão *online* tal como tudo o que tinham vindo a fazer. Pretendia dar uma palavra de agradecimento à Biblioteca Municipal Álvaro de Campos e à Rede de Bibliotecas da qual também faziam parte as Bibliotecas Escolares. \_\_\_\_\_

\_\_\_ A Música nas Igrejas tinha também decorrido *online*. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Via *Facebook* do Município, tinha sido transmitido o Concerto da Primavera e a Maré de Contos numa parceria com a Associação Rock da Baixamar que vinham a desenvolver há alguns anos. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Tinham tido também o Concerto de Páscoa, que tinha considerado muito bom e que esperava que todos tivessem assistido apesar de perceber que já estavam algo cansados dos *écrans* e do *online*, todavia a segurança estava primeiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_ O Município de Tavira também tinha acolhido a fase Intermunicipal do Algarve do Concurso Nacional de Leitura onde tinham sido apurados os representantes do Algarve para participarem no Concurso



Ray  
Cey.

Nacional cuja etapa final seria em Oeiras e para o que tinham um aluno do Ensino Secundário de Tavira apurado, pelo que gostava de parabenizar todos os que tinham participado, e tinham sido muitos, tendo Tavira uma excelente representação. Também queria deixar o seu agradecimento à Biblioteca Municipal Álvaro de Campos que obviamente tinha organizado e também às professoras bibliotecárias que tinham incentivado os seus alunos a ler e trabalhavam diariamente na promoção da leitura. \_\_\_\_\_

\_\_ Tinham realizado um *Webinar* dirigido à divulgação de medidas de apoio à economia e outro relativo à Covid19 em que tinham participado Catarina Gouveia e João Mário que eram os médicos da saúde pública e da saúde familiar que tinham vindo a acompanhar muitos doentes com a Covid19, Catarina Gouveia na parte da identificação das cadeias de transmissão e na tentativa de cortar aquelas cadeias e João Mário no acompanhamento dos doentes. Referia que tinha sido também quem tinha efetuado o acompanhamento no surto que tinha ocorrido no Lar de Santa Maria, pelo que pretendia mais uma vez saudá-lo com um “*grande bem-haja*” pelo seu profissionalismo, pela sua entrega, e pela forma como também tinha sido a ponte entre as famílias e os familiares que estavam hospitalizados. \_\_\_\_\_

\_\_ Quanto às comemorações do 25 de Abril, tinham tido mais uma programação *online* com “*Domingos & Amigos*”, no dia 23. No dia 24 a Armação do Artista tinha realizado uma declamação de poesia e tinham tido ainda uma “*Performance pela Corpo de Hoje*”. No dia 25 tinha-se realizado o Hastear das Bandeiras, numa sessão restrita da Assembleia Municipal com os habituais discursos políticos e, ao final do dia, um concerto com a Orquestra Jazz do Algarve, também muito bom, que esperava que todos tivessem tido oportunidade, todavia se não tinham visto recomendava que o fizessem porque os eventos que realizavam permaneciam *online* na página do Município. \_\_\_\_\_

\_\_ Passando ao tema de Obras e Urbanismo referiu as obras de conservação em procedimentos nos arruamentos da Freguesia de Tavira, que tinha sido lançada nos últimos dias e que iria contemplar várias artérias da cidade, em especial, a zona da Fundação Irene Rolo e Horta do Carmo. \_\_\_\_\_

\_\_ Como já tinha referido, tinham recebido o Visto do Tribunal de Contas referente à empreitada de requalificação da Rua Capitão Jorge Ribeiro pelo que tinham que decidir quando seria o seu início. \_\_\_\_\_

\_\_ Pensava que estava em fase de análise das propostas recebidas, em Relatório Preliminar, a empreitada de um conjunto de pavimentações na Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo. \_\_\_\_\_

\_\_ Já tinham recebido as propostas para a empreitada do Monte dos Currais e para a intervenção de conservação na EM397, pelo que iriam pavimentar a estrada desde Tavira até ao Monte da Ribeira. \_\_\_\_\_

\_\_ Outra intervenção que estava a decorrer era a reparação de calçadas na Rua do Cais e Rua Borda D'Água de Aguiar. \_\_\_\_\_

\_\_ Ainda a empreitada que estava relacionada com a reposição da legalidade urbanística de um espaço comercial, Beatriz Salero, que estava indevidamente num terreno agrícola e relativamente ao que tinham recebido por parte da Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP) do Algarve a necessidade de o terreno ser repostado. Entretanto tinham elaborado um procedimento que na sua fase final tinha



sido alvo de Providencia Cautelar por parte da empresa mas a reposição da legalidade urbanística estava praticamente concluída. \_\_\_\_\_

\_\_ Estava em procedimento o processo de obras de conservação e beneficiação da rede viária do concelho. Sabia que constava nas Redes Sociais que a intervenção apenas aparecia por ser ano de eleições, todavia queria dizer que aquela tinha sido mais uma empreitada cujo processo tinha demorado um ano e dois meses desde o seu lançamento na plataforma até ao Visto do Tribunal de Contas pois se fosse pela sua vontade teria acontecido muito antes, ainda no ano anterior. Travavam-se de cinco (5) lotes porque a partir de determinado valor o Código dos Contratos Públicos (CCP) obrigava a que as empreitadas fossem realizadas por lotes. \_\_\_\_\_

\_\_ A empreitada de abrigos Bus existentes na ER125 tinha estado suspensa durante um determinado período por força de não estarem a ser entregues materiais devido ao confinamento. \_\_\_\_\_

\_\_ Quanto ao Cais de Cabanas já tinham amplamente falado. \_\_\_\_\_

\_\_ A empreitada de ampliação do Cemitério da Luz de Tavira tinha sido apresentada em Assembleia Municipal a suspensão do PDM e também a Declaração de Utilidade Pública. \_\_\_\_\_

\_\_ A Casa da Aldeia e Jardim Público de Cachopo estava praticamente terminada. \_\_\_\_\_

\_\_ A empreitada de conservação e restauro do património da Igreja de Santa Maria tinha estado suspensa porque a empresa tinha trabalhadores espanhóis que com a questão do fecho das fronteiras, tinha havido alguma dificuldade para iniciarem a obra. Já tinham estabelecido um novo contacto pelo que aguardavam resposta e que a intervenção se reiniciasse. \_\_\_\_\_

\_\_ Estava a decorrer a conservação do exterior da Igreja da Nossa Senhora das Ondas. \_\_\_\_\_

\_\_ Em fase de finalização encontravam-se as intervenções dos arruamentos que estava muito diferente da fotografia que mostrava e considerava que tinha ficado muito bem. \_\_\_\_\_

\_\_ Continuava suspensa a empreitada de remodelação da iluminação na rotunda de acesso à A22 por força do que já ali tinha explicado. A Infraestruturas de Portugal (IP) continuava sem assinar o protocolo e, como tal, a Câmara Municipal não tinha competência para avançar embora a empreitada estivesse suspensa e continuassem a insistir para que existisse uma decisão por parte da IP. \_\_\_\_\_

\_\_ Também estava a decorrer o reforço do pavimento do Polidesportivo da Conceição de Tavira e a empreitada de beneficiação dos recintos polidesportivos. \_\_\_\_\_

\_\_ Quanto às obras de conservação da Piscina Municipal que estavam a ser ultimadas, não tinham ainda sido recebida por terem sido detetadas algumas incongruências nas grelhas e, portanto, estava a ser alterado pelo empreiteiro. \_\_\_\_\_

\_\_ Estava a decorrer a reabilitação do Cineteatro e a requalificação da EB1 e Pré-Escolar de Santo Estevão já estava concluída tendo os alunos já iniciado ali o regresso às aulas. \_\_\_\_\_

\_\_ Terminou referindo que reforço estrutural do Edifício do Compromisso Marítimo continuava porque como já tinha referido na Assembleia Municipal anterior, presentemente tinham um novo problema que estava relacionado com o projeto de iluminação, pelo que nunca mais terminavam aquela empreitada. \_

\_\_ **O Deputado Municipal Ângelo Pereira**, Presidente da Junta de Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira, cumprimentou os presentes e disse que tinha pedido a palavra na altura em que estavam a abordar os assuntos da praia de Cabanas e da travessia, mas apenas pretendia, para concluir, e uma vez que lhe tinha sido dada a palavra, ainda que tarde, porque a intervenção deveria ter sido mais cedo por ser no seguimento de todas as solicitações dos munícipes ali apresentadas, embora pensasse que a Presidente da Câmara Municipal nas suas várias intervenções de resposta às solicitações que tinham chegado à Assembleia Municipal, tivesse respondido, apenas pretendia fazer referência ao passadiço que estava naquela momento a ser substituído. Como Presidente de Junta de Freguesia podia dizer que durante alguns anos tal tinha-lhe sido solicitado devido à situação de perigo que o passadiço antigo representava nomeadamente no último ano devido à afluência de pessoas e ao aglomerado, pelo que não percebia a razão de tantas dúvidas, de tantas questões sobre o investimento de quinhentos mil euros (€ 500.000,00) que seria o custo da intervenção e que não punha em causa. O que o espantava era terem andado três anos a tentar encontrar uma solução para o passadiço, para o acesso à praia que não oferecia condições e presentemente estar-se a questionar apenas porque pretendiam ter uma ponte. A Presidente da Câmara Municipal já tinha informado, o processo estava para pareceres, sendo que do que sabia e já tinha informado em Assembleia de Freguesia poderiam ter a ponte. \_\_\_\_\_

\_\_ Queria apenas dar aquela nota porque tinha havido alguns dos munícipes, e ele tinha-os anotado, que tinham feito menção à questão cuja razão não compreendia, porque o que estava a ser executado era apenas uma substituição do passadiço que era algo que já vinha a ser requerido desde há uns anos, não estando a ser substituído por uma ponte que presentemente era solicitada por alguém, que eventualmente poderia ser uma realidade mas cujos assuntos não podiam misturar. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** justificou que não tinha passado a palavra porque as questões colocadas eram dirigidas à Presidente da Câmara Municipal pelo que apenas ela poderia responder e solicitar, como tinha feito, alguns esclarecimentos aos vereadores ou eventualmente ao Presidente da Junta de Freguesia, o que não tinha acontecido. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Deputado Municipal Ângelo Pereira** disse que como estava no terreno apenas estava a justificar.

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia disse que era no terreno que deveria de explicar, precisamente porque lá estava, porém também ele estava a justificar a razão por que não tinha passado a palavra. \_\_\_\_\_

\_\_ **Verificando não existirem mais intervenções, passou ao segundo ponto das informações da Ordem do Dia referente à Relação de procedimentos realizados ao abrigo da autorização prévia para a assunção de Compromissos Plurianuais – Proposta n.º 254/2019/CM.** \_\_\_\_\_

\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que se tratavam de compromissos assumidos até à competência que a Assembleia Municipal tinha delegado nela e que estavam relacionados com os serviços de manutenção do *software* da Associação de Informática da Região Centro (AIRC) que era



usado pela Câmara Municipal e que englobava os programas da contabilidade, de urbanismo e outros, tratando-se pois dos compromissos plurianuais para os três anos daquela contratação. \_\_\_\_\_

\_\_ Também se referiam a uma prestação de serviços da manutenção de viaturas da marca Ford e a mais uma prestação de serviços no âmbito do PDM para o que estavam a enveredar os últimos esforços para o colocar à primeira consideração das entidades. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal avançou para o terceiro ponto das informações da Ordem do Dia e que se referia às Declarações de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso.** \_\_\_\_\_

\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que era uma informação da Chefe de Divisão, nos termos da legislação, da Lei de Compromissos, e consistia na declaração de tudo o que a Câmara Municipal devia, o que deviam à Câmara Municipal e os compromissos plurianuais. Era assinada pela Chefe de Divisão e não por ela porque se tratava de uma informação que era da sua competência e não da Presidente da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal disse que passavam ao quarto ponto das informações, referente ao Relatório das atividades desenvolvidas no âmbito do Contrato-Programa celebrado entre o Município de Tavira e a Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira - UAC Tavira para o ano 2020.** \_\_\_\_\_

\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que também era um ponto para conhecimento. Obviamente que a UAC tinha tido a sua atuação limitada por força do confinamento do ano transato, de março a maio, e não tinha realizado a Feira de Stocks ou o Desfile de Moda, todavia tinham compensado com equipamento, com oferta aos seus associados de Equipamento de Proteção Individual (EPI), máscaras e gel. Destacava também a realização de alguns *flyers* e algum apoio que tinham dado nomeadamente com a Campanha de Natal de modo a incentivar as compras no comércio local que tinha terminado com o sorteio apenas no corrente mês devido ao facto de em janeiro ter havido um novo período de confinamento. \_\_\_\_\_

\_\_ Concluiu dizendo que era apenas para conhecimento uma vez que o contrato programa tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número um da Ordem do Dia com a apreciação e votação da PROPOSTA N.º 37/2021/CM - Concurso Público – Fornecimento de Refeições (Estabelecimentos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo) 3 Anos Letivos: 2021-2024 – Repartição de Encargos e Abertura de Procedimento.** \_\_\_\_\_

\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que já era habitual apresentarem aquela proposta que, face ao valor, a abertura do procedimento era da competência da Assembleia Municipal. Tratavam-se de cerca de mil e trezentas (1300) refeições diárias nos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do primeiro ciclo. Disse que mais uma vez tinham considerado a questão do preço anormalmente baixo de

modo a tentarem garantir alguma qualidade nas refeições, tal como já o tinham feito no procedimento anterior, há três anos atrás. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Efetivamente não tinham praticamente recebido quaisquer queixas relativas à qualidade e, portanto, estavam a manter um procedimento em tudo semelhante ao que tinham realizado há três anos. Assim, a proposta era para que, face ao valor, a Assembleia Municipal autorizasse a abertura do procedimento e a repartição de encargos. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Pedro Soares** disse que era obvio que votariam favoravelmente aquela proposta, que tal não estava em causa pois reconheciam a importância daquele procedimento para a vida económica familiar, porém a CDU gostaria de colocar ao Executivo Municipal a questão de que se não seria mais viável a Câmara Municipal assumir a contratação de mais pessoal e conjuntamente com as próprias escolas confeccionar e fornecer as refeições nas instalações próprias também como forma de agilizar todo aquele processo e as necessidades das próprias comunidades escolares. Pretendia apenas colocar aquela questão, contudo independentemente de tal, obviamente que votariam favoravelmente aquela proposta. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, obviamente já tinham pensado naquela hipótese, porém o desde sempre, porque ela também já tinha aquelas competências anteriormente enquanto Vereadora, tinha sido exatamente burocracia dos procedimentos administrativos para o fornecimento das refeições, dos alimentos para depois serem confeccionados, que os tinha impedido, porque a ideia de serem comprados na Praça, ao produtor, diretamente aos produtores locais, parecia-lhe excelente, todavia tinham que elaborar o procedimento em plataformas, para os produtores apenas até aos cinco mil euros (€ 5.000,00), tendo eles que ter certidões, pelo que tinha sido mais pelo fornecimento dos produtos, para não terem que adquiri-los aos grossistas quando o que lhes interessava verdadeiramente eram os produtos locais, produtos de época que em tudo estavam relacionados com a Dieta Mediterrânica, o que tinham tentado contornar exigindo-o no caderno de encargos. Estava de acordo com a ideia, mas o que não os tinha feito enveredar por aquela situação tinha sido o que tinha explicado, o que não queria dizer que não o viessem a fazer até porque quando recebessem as competências teriam escolas com cozinhas maiores e, provavelmente, poderia fazer mais sentido que viesse a acontecer, o que teriam em conta. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta número 37/2021/CM, referente ao - Concurso Público – Fornecimento de Refeições (Estabelecimentos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo) 3 Anos Letivos: 2021-2024 – Repartição de Encargos e Abertura de Procedimento a votação, que foi aprovada por unanimidade.** \_\_\_\_\_

\_\_\_ Quanto ao ponto seguinte e mais alguns, iria começar por propor que, se nada tivessem contra, pudessem analisar e discutir os pontos número dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito e onze em conjunto, que eram todos procedimentos de constituição de júri para procedimentos concursais.

Obviamente que referiria cada um deles mas colocava-os à discussão e votação em simultâneo dado tratarem-se de um proforma que tinham que ser votado em Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Verificando que ninguém se opunha, o Presidente da Assembleia Municipal passou aos seguintes pontos da Ordem do Dia: número dois, referente à PROPOSTA N.º 74/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Turismo, Cultura, Património e Museus; número três, PROPOSTA N.º 75/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Planeamento, Inovação e Empreendedorismo; número quatro, PROPOSTA N.º 76/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Unidade de Recursos Humanos, unidade orgânica flexível de 3.º grau; número cinco, PROPOSTA N.º 87/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Gestão da Mobilidade, Rede Viária e Transportes; número seis, PROPOSTA N.º 88/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Aprovisionamento, Manutenção e Logística; número sete, PROPOSTA N.º 89/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Comunicação e Modernização Administrativa; número oito, PROPOSTA N.º 90/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Desporto, Juventude e Saúde; e ponto número onze, PROPOSTA N.º 104/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Ambiente. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Disse que aquelas eram as oito propostas de constituição de júri que obedeciam à legislação vigente.

\_\_\_ A Presidente da Câmara Municipal disse que podia explicar genericamente o enquadramento. Com a reestruturação que ali já tinha sido aprovada, todas aquelas Divisões tinham sofrido alterações nas suas competências pelo que tinham que ser abertos novos concursos para as chefias. O critério que tinham seguido tinha sido que seriam presidentes de júri as chefias que se tinham mantido até porque era do interesse do Município que aqueles processos se resolvessem rapidamente e, portanto, tinham sempre um elemento dos colegas chefes de divisão, que tinham mantido as comissões, como presidentes de júri, tendo optado por pedir dois elementos, um a outras câmaras municipais e outro à Universidade do Algarve. Os suplentes também eram compostos por chefes de divisão da Câmara Municipal tendo alternado e tentado adequar a formação dos chefes aos lugares que estavam a concurso. \_\_\_\_\_

\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as propostas em conjunto. A PROPOSTA N.º 74/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Turismo, Cultura, Património e Museus; PROPOSTA N.º 75/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Planeamento, Inovação e Empreendedorismo; PROPOSTA N.º 76/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Unidade de Recursos Humanos, unidade orgânica flexível de 3.º grau; PROPOSTA N.º 87/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Gestão da Mobilidade, Rede Viária e Transportes; PROPOSTA N.º 88/2021/CM – Júri

para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Aprovisionamento, Manutenção e Logística; PROPOSTA N.º 89/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Comunicação e Modernização Administrativa; PROPOSTA N.º 90/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Desporto, Juventude e Saúde; e PROPOSTA N.º 104/2021/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Ambiente, que foram aprovadas por maioria com vinte e cinco (26) votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Artur Sanina, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Jorge Corvo, José Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Leonardo Martins, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Silvino Oliveira, Virgílio Horta e Vítor Palmeira e uma (1) abstenção do Deputado Municipal Pedro Soares. \_\_\_\_\_

\_\_O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número nove referente à PROPOSTA N.º 93/2021/CM – Aquisição de serviços de auditoria externa – Revisor Oficial de Contas – Cessão da posição contratual. \_\_\_\_\_

\_\_A Presidente da Câmara Municipal informou que a questão da contratação do Revisor Oficial de Contas era da competência da Assembleia Municipal pelo que, tendo havido um pedido da cessão da posição contratual da empresa que tinha ganho DFK & Associados, Sociedade De Revisores De Oficiais De Contas, Lda., para uma nova empresa que era Ferro, Silva & Associados, um pedido efetuado pela empresa e sujeito a análise por parte da Divisão de Administração do Município, que não tinha visto razões de impedimento legal para que tal não acontecesse, o que apresentavam era proposta para a Assembleia Municipal autorizar aquela transmissão da posição contratual de acordo com a minuta em anexo, da empresa DFK & Associados para Ferro, Silva & Associados porque o que tinham era a contratação com a DFK. Tratava-se de uma questão meramente administrativa, sendo as pessoas as mesmas, e o pedido efetuado pela empresa e não pela Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 93/2021/CM - Aquisição de serviços de auditoria externa – Revisor Oficial de Contas – Cessão da posição contratual a votação, que foi aprovada por maioria com vinte e cinco (25) votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Jorge Corvo, José Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Leonardo Martins, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Silvino Oliveira, Virgílio Horta e Vítor Palmeira e duas (2) abstenções dos deputados municipais Artur Sanina e Pedro Soares. \_\_\_\_\_

\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dez da Ordem do Dia referente à apreciação e votação da PROPOSTA N.º 95/2021/CM – Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa – Aditamento à Proposta n.º 45/2021/CM. \_\_\_\_\_

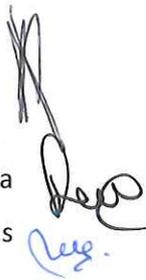
\_\_ A Presidente da Câmara Municipal disse que relativamente àquele assunto tinham havido duas situações. A cogestão do Parque Natural tinha sido um diploma que tinha saído no âmbito da transferência de competências da Administração Central para a Administração Local, sobre o que o Município não se tinha pronunciado pelo que tinha sido considerada aceite. Tinha havido uma primeira reunião com o Secretário de Estado sendo que o Município tinham tentado definir um protocolo de cooperação para que fosse possível implementar aquela cogestão. \_\_\_\_\_

\_\_ No caso particular da Ria Formosa os municípios eram Tavira, Olhão, Faro e Loulé e, portanto, tinham-se verificado algumas dificuldades na gestão daquele espaço, quem ficaria com os técnicos, como seriam pagos, porque o acordo previa a contratação de três técnicos e um conjunto de ações que se desenvolveriam de acordo com a estratégia definida para a gestão do parque natural da Ria Formosa. O Secretário de Estado tinha falado com o Presidente da Comunidade Intermunicipal do Algarve - CIM Algarve (AMAL) e tinha ficado decidido que faria mais sentido que fosse a AMAL a ficar com aquelas competências, sendo a AMAL a absorver os técnicos que obviamente depois poderiam pagar. Portanto, numa primeira fase tinham aprovado a competência para o Município e presentemente o que iriam fazer era precisamente passar aquela competência que o Município tinha aceite para a AMAL para que fosse aquela entidade a gerir a competência. \_\_\_\_\_

\_\_ Acrescentou que também estava previsto que um dos presidentes de câmara municipal presidisse àquela comissão e tinham decidido que presentemente seria Presidente da Câmara Municipal de Faro, Rogério Bacalhau, tendo como substituto ou Vice-Presidente, o Presidente da Câmara Municipal de Olhão, António Pina. Assim, apresentavam aquela proposta basicamente para aprovar o que já tinha sido decidido pelo Conselho Intermunicipal da AMAL a quem seriam dadas as competências recebidas pelos municípios para fazer aquela cogestão, no caso particular da Ria Formosa, mas que também tinha acontecido com a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim. \_\_\_\_\_

\_\_ O Deputado Municipal Pedro Soares disse que antes de passarem à votação daquela proposta gostava de colocar algumas questões que lhe tinham sido colocadas na preparação da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_ Sabendo que o Estado Central era o principal responsável pela gestão do Parque Natural da Ria Formosa, pretendia saber porque, presentemente, era apresentada uma proposta como aquela, ou seja, se existiam falhas na concretização dos objetivos que não tinham sido cumpridos, se estava em causa a verba e se a contratação de três postos de trabalho seria suficiente para colmatar as falhas identificadas, pois pensava que era algo muito claro, que sobretudo era importante esclarecer as populações de quais as verdadeiras razões que tinham levado a Administração Central a partilhar a gestão do Parque Natural da Ria Formosa. Desconhecia se não seria mais importante e viável fazer pressão junto do Estado



Central no sentido de reforçarem os meios humanos que considerassem necessários e suficientes para que se fizesse mais e melhor, ao invés de continuarem a empurrar a responsabilidade para cima das autarquias. \_\_\_\_\_

\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o Deputado Municipal Pedro Soares ficaria mais esclarecido se lê-se exatamente a legislação, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 116/2019, que referia que aquelas competências eram transmitidas. Não eram transferidas todas as competências do Parque Natural, sendo que a emissão de pareceres, e outras, continuavam na responsabilidade do Parque Natural. O que era transferido era o conjunto de ações de sensibilização e de proteção do Parque Natural, não sendo exatamente todas as competências. \_\_\_\_\_

\_\_ Quanto à questão da razão porque o Governo tinha sentido aquela necessidade, desconhecia, não tinha tido conhecimento sendo que apenas sabia o que tinha sido legislado e que para a Câmara Municipal era uma constatação, ou aceitavam ou não. O Município de Tavira em particular não se tinha pronunciado pela não-aceitação pelo que, automaticamente, estava aceite, o que também tinha acontecido com os restantes municípios sendo a razão por que apresentavam aquela proposta para transferir para a AMAL de modo a que através dos técnicos que iria contratar, gerisse todas aquelas questões que sobretudo estavam ligadas à sensibilização e proteção do Parque Natural da Ria Formosa sendo que a questão técnica de emissão de pareceres continuava na competência da Administração Central. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Deputado Municipal José Graça** disse que, com licença da Presidente da Câmara Municipal, e esclarecendo um pouco o que o Deputado Municipal Pedro Soares tinha dito, aquela transmissão que era apresentada na Assembleia Municipal vinha na sequência da nova Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 onde estava prevista a adoção de um modelo de cogestão das áreas protegidas através do estabelecimento de parcerias ou de entidades presentes no território. Assim a aprovação do novo Decreto-Lei tinha instituído aquele modelo de gestão e assegurava acima de tudo a gestão de proximidade através da qual diversas entidades colocavam ao serviço das áreas protegidas aquilo que de melhor tinham para oferecer no quadro das suas competências pondo em prática uma gestão participada, colaborativa e articulada em cada área, ou seja, juntavam-se as entidades locais ao ICNF enquanto entidade Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade, os municípios presentes nos territórios das áreas protegidas, no caso, do Parque Natural da Ria Formosa ou da área do Sapal de Castro Marim, de forma a que pudessem contribuir para a aplicação de políticas de conservação e competitividade do território pela criação daquela comissão de cogestão da área protegida. \_\_\_\_\_

\_\_ Devia também sublinhar que além dos municípios em muitas áreas estavam presentes associações ambientalistas, associações de cidadãos, universidades, de modo a que também elas pudessem dar o seu aporte à gestão dos parques e fazer com que essa gestão fosse ao encontro dos interesses de cada comunidade específica que era servida por aqueles parques. \_\_\_\_\_

\_\_ Um dos assuntos que tinham ali estado a falar ao longo daquela sessão e que era transversal em vários pontos, estava relacionado com as atividades profissionais na área do parque. Considerava que a partir do momento em que aquela comissão de cogestão pudesse intervir, seria muito mais fácil para que pudessem gerir de forma rápida, célere, os problemas que se vinham colocando como era o caso da situação da Associação de Viveiristas. \_\_\_\_\_

\_\_ Por outro lado queria também sublinhar e lembrar a todos, que à frente daquela área para além do Diretor Regional do ICNF estava uma pessoa muito conhecida dos tavirenses, que muitas saudades tinha deixado no Município de Tavira e que tinha, presentemente, assumido ao nível do Parque Natural da Ria Formosa a Chefia da Divisão de Cogestão do Parque, a engenheira Rosa Nunes, que tinha trabalhado no Município de Tavira durante cerca de dez (10) anos e que era bem conhecida de todos. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta n.º 95/2021/CM – Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa – Aditamento à Proposta n.º 45/2021/CM à votação que foi aprovada por maioria de vinte e cinco (25) votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Jorge Corvo, José Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Leonardo Martins, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Cardeira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Silvino Oliveira, Virgílio Horta e Vitor Palmeira, um (1) voto contra do Deputado Municipal Pedro Soares e uma (1) abstenção do Deputado Municipal Artur Sanina.** \_\_\_\_\_

\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número doze, porque o ponto onze se referia a uma proposta para constituição de júri que já tinha sido votada, referente à PROPOSTA N.º 114/2021/CM – Atribuição de suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade – artigo 24.º da Lei n.º 75.º - B/2020, de 30 de dezembro (LOE para 2021) e primeira alteração ao mapa de Pessoal – Ano 2021. \_\_\_\_\_

\_\_ A Presidente da Câmara Municipal disse que aquele suplemento remuneratório já tinha sido abordado na Assembleia Municipal uma vez que o Deputado Municipal Pedro Soares, pensava ter sido na Assembleia Municipal de setembro, tinha apresentado uma moção sobre o assunto. \_\_\_\_\_

\_\_ Efetivamente, posteriormente a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade tinha vindo contemplado na Lei do Orçamento de Estado (LOE) para o ano de 2021 e, basicamente, dizia que tinham direito àquele suplemento os trabalhadores que estavam na carreira de assistente operacional nas áreas de tratamento e recolha de resíduos, na higiene urbana, saneamento e nos procedimentos de inumações, exumações, transladações, abertura e enterro de sepulturas. A questão tinha sido imediatamente passada à equipa de higiene e segurança no trabalho da Câmara Municipal, que tinha analisado e constatado que efetivamente os trabalhadores afetos ao cemitério municipal estavam em condições de receber o subsídio. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Assim, o que propunham era o pagamento do subsídio àqueles trabalhadores no valor de quatro euros e noventa e nove cêntimos (€ 4,99), que era um valor diário. A autarquia tinha quatro (4) trabalhadores naquelas condições, três (3) integrados na carreira de assistente operacional e um (1) que embora estivesse a desempenhar funções daquela natureza tinha retornado da TaviraVerde e tinha a carreira de marinheiro de tráfego fluvial, que era uma carreira não revista, ou seja, uma carreira que não tinha sido incluída na carreira de assistente operacional com a entrada em vigor da Lei 12-A/2008 e, como o orçamento de estado estabelecia, o suplemento era apenas para a carreira de assistente operacional. Como o funcionário exercia funções no cemitério era entendimento da equipa de higiene e segurança no trabalho, e parecer da Sessão de Recursos Humanos que poderia ser integrado na carreira de assistente operacional, através de uma alteração ao mapa de pessoal e, portanto, também propunham aquela alteração ao mapa de pessoal de modo a que o funcionário por um processo de mobilidade interna pudesse integrar a carreira. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Acrescentou que após alguns esclarecimentos junto da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) e aprovação naquela Assembleia Municipal iriam liquidar aquele suplemento com efeitos a janeiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Também tinham pedido pareceres aos sindicatos, que se tinham pronunciado à exceção de um que se tinha pronunciado fora do prazo. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Concluiu dizendo que o que competia à Assembleia Municipal seria aprovar a atribuição do suplemento àqueles trabalhadores. Efetivamente os sindicatos tinham chamado à atenção para a situação dos trabalhadores da recolha de resíduos e recolha urbana mas aquela competência estava delegada na empresa municipal TaviraVerde e, portanto, também eles deveriam de tentar efetuar aquela sensibilização junto da empresa. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Silvino Oliveira** disse que relativamente àquela matéria a tendência de voto da sua bancada era favorável, todavia pretendia questionar porque não também criar um plano para os trabalhadores de outras áreas de assistentes operacionais com definições de níveis de risco. Sabiam que também outros assistentes operacionais, por exemplo os que trabalhavam nas piscinas, ficavam sujeitos a riscos naquela atmosfera e que podiam ter problemas de legionela. Existiam também algumas situações em que assistentes operacionais desenvolviam os seus trabalhos em coberturas de amianto, também expostos a alguns riscos, problemas de saúde. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Pretendia também questionar se relativamente aos assistentes operacionais das freguesias estavam a ser vistas aquelas questões e, por outro lado, apesar da Presidente da Câmara Municipal, Ana Paula Martins, já ter referido os sindicatos em relação à TaviraVerde, não se podiam esquecer que a Câmara Municipal era a principal acionista da TaviraVerde, pelo que de alguma forma deveriam de ser um elemento de pressão para que efetivamente aquelas questões fossem também vistas pela empresa. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que relativamente à questão que o Deputado Municipal Silvino Oliveira tinha levantado, estava a ser avaliada pela equipa de higiene e segurança, que estava a elaborar um levantamento da possibilidade de existirem outros assistentes operacionais até porque o

sindicato que se tinha pronunciado fora de prazo tinha levantado algumas questões que estavam a ser estudadas por aquela equipa de higiene e segurança que emitiria o seu parecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_ O Município estava representado no Conselho de Administração da TaviraVerde pelo Vereador João Pedro e como tal, e à semelhança do que a Câmara Municipal tinha feito, a posição da Câmara na TaviraVerde através do administrador representando o Município seria no sentido de que a TaviraVerde pugnassem por tomar uma decisão semelhante à que da Câmara Municipal, pois nem outra coisa poderiam defender uma vez que alguns dos trabalhadores da TaviraVerde tinham vínculo com o Município em muitas daquelas áreas, que apesar de cada vez existirem menos, ainda existiam muito, pelo que aquela era a posição da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal José Graça** disse que seria breve por a hora já ser adiantada, mas conforme a Presidente da Câmara Municipal tinha referido, e bem, tinham discutido na Assembleia Municipal de setembro uma proposta apresentada pela CDU naquele sentido e pensava que o Orçamento de Estado do corrente ano tinha efetuado justiça ao que era uma justa reivindicação dos trabalhadores das autarquias locais que trabalhavam naqueles ambientes em regime de grande penosidade, ambientes sem saúde, como era o caso dos cemitérios, pelo que pretendia congratular-se pelo facto da Câmara Municipal, em apenas quatro meses, ter efetuado o trabalho de sequenciação, analisando a proposta do Orçamento de Estado, consultando um conjunto de entidades, realizando a aprovação em Reunião de Câmara e apresentando àquela Assembleia Municipal a atribuição do subsídio de penosidade e insalubridade aos trabalhadores que reuniam aquele conjunto de situações. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Era apenas aquela nota que pretendia fazer dando uma nota positiva ao envolvimento, ao empenhamento da Câmara Municipal na resolução daquele problema que conforme já tinha dito se arrastava há vários anos e que era uma justa reivindicação dos trabalhadores e dos seus sindicatos. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 114/2021/CM – Atribuição de suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade – artigo 24.º da Lei n.º 75.º - B/2020, de 30 de dezembro (LOE para 2021) e primeira alteração ao mapa de Pessoal – Ano 2021 a votação, que foi aprovada por unanimidade.** \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Dando cumprimento à Ordem do Dia, passou ao ponto número treze, e último, referente à PROPOSTA N.º 116/2021/CM - Não aceitação da proposta de recursos e da transferência de competências para o ano de 2021 – Ação Social.** \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que aquela era a competência que faltava e que tinha, genericamente, sido o que seriam as competências que transitariam para os municípios. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Em março anterior tinha sido publicada a Portaria 63/2021 que operacionalizava a forma como seria formalizada aquela transferência. A Portaria tinha-lhe causado algumas dúvidas pois contemplava um valor anual de transferência para o Município de cerca de cento e quarenta e sete mil euros (€ 147.000,00). Existiam dois protocolos em vigor no Município, um para o acompanhamento do Rendimento Social de Inserção (RSI) e outro para o acompanhamento de processos familiares, um

número considerável, mais de cem no âmbito do RSI, pensava que eram cento e onze, e mais de mil processos referentes ao acompanhamento familiar. \_\_\_\_\_

\_\_Tinha algumas dúvidas sobre a operacionalização nomeadamente porque aqueles processos eram acompanhados via protocolos de colaboração que a Segurança Social (SS) tinha estabelecidos com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e, portanto, tinha algumas dúvidas sobre a forma como aquela questão se poderia operacionalizar, tal como algumas questões quanto aos recursos humanos. Estava contemplada a ingressão de um recurso humano ou o equivalente ao valor do seu pagamento que não sabia se seria suficiente para todas aquelas competências e, considerando que estavam num ano particularmente difícil em termos de ação social municipal, já com trabalho acrescido por força da necessidade das pessoas que procuravam ajuda da Câmara Municipal para que pudessem ajudar com uma resposta social, e ainda, num ano em que iriam realizar-se eleições, pensava que faria sentido apurarem todas aquelas questões, que o Município tivesse tempo para ver esclarecidas as suas dúvidas e que as competências pudessem ser assumidas pelo Município em março de 2022. \_\_\_\_\_

\_\_Concluiu dizendo que propunham a não-aceitação por aqueles motivos e também por alguma incerteza na operacionalização, sendo que trabalhavam em parceria com a SS e o relacionamento era muito bom pelo que pensava que não perderiam o que quer que fosse. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que tinham ficado com dúvidas acrescidas às dúvidas que a Presidente da Câmara Municipal tinha transmitido relativamente àquela não-aceitação. Tratava-se de uma área sensível em que normalmente o Município gostava de ter autonomia para intervir, o que era importante que tivesse e, portanto, não conseguiam avaliar os prós e os contras da aceitação daquela competência pelo que a tendência de voto da sua bancada seria a abstenção. No entanto, quer para aquela delegação de competências, quer para as dezasseis (16), do total das dezanove (19) que já tinham aceitado, desconheciam quais eram os níveis de execução, os impactos financeiros e as melhorias operacionais que tinham trazido, pelo que, considerando que naquele dia, devido ao adiantado não hora, não poderiam falar muito sobre a questão, pedia à Presidente da Câmara Municipal que pudesse existir um breve resumo ou o compromisso de uma futura informação de cada uma daquelas competências e quais os impactos que tinham tido para o Município para que os ajudasse a decidir em situação de futuras delegações de competência e se conhecesse o impacto real que tinham tido para o Município. \_\_\_\_\_

\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que, grosso modo, relativamente à competência do imobiliário tinham manifestado ao Estado o interesse em alguns imóveis não tendo obtido qualquer resposta até ao momento. \_\_\_\_\_

\_\_ Quanto à Loja do Cidadão tinham rececionado um contacto da Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA) relativamente à proposta de celebração de protocolo, porque a Loja do Cidadão também podia ser transferida mas mediante protocolo, sendo que tinham muitas dúvidas quanto às vantagens que o Município pudesse ter na receção daquela competência. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Em relação às transferências da Docapesca, tinha sido aprovado um protocolo pela Assembleia Municipal que necessitava de ratificação do Governo, que ainda não tinha acontecido, todavia tinham isentado de taxas as praias pelo que não se verificava qualquer repercussão financeira. No que se referia aos transportes fluviais, teriam algum impacto na medida em que teriam que lançar as concessões, como aconteceria nas praias, mas era um caminho que ainda tinha que ser percorrido. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Também tinham aceitado o estacionamento e estavam a receber pedidos de muitos munícipes mas apesar de tudo eram os que estavam a funcionar melhor uma vez que sendo suposto terem acesso a um sistema das contraordenações rodoviárias que era o sistema que a GNR e a Polícia de Segurança Pública (PSP) tinham, continuavam a não, continuando a situação a não estar legalizada, porém iam-se entendendo com a PSP e GNR, com os autos em papel, sendo aquela a maneira como estavam a trabalhar. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Obviamente que se poderia efetuar a avaliação do valor das coimas cobradas porque inclusivamente já tinham remetido os valores cobrados para a GNR dado ser efetuada aquela partilha de resultados, pelo que podia solicitar que o mesmo fosse aferido. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Quanto às restantes competências, até ao momento não tinham tido grandes efeitos financeiros, como os jogos, entre outras, que se recordava apenas de terem recebido um pedido de licença que não tinha impacto. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Concluiu dizendo que efetivamente aquelas competências que teriam grande impacto financeiro e também de volume de trabalho eram as que não tinham aceitado, a saúde, a educação e a ação social que eram aquelas para que estavam a ser constituídas as comissões de modo a avaliarem e para que o processo pudesse ser mais pacífico e mais clarificado ficando claramente acordado o que seriam as competências de cada um, como por exemplo a questão que sempre tinham levantado relativamente às competências da escola e que se referia à necessidade de requalificarem ou apetrecharem a Escola Secundária, sobre o que o Secretário de Estado tinha esclarecido que em princípio questões daquela natureza ficariam na competência do Governo que assumiria a sua realização. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Terminou dizendo que à medida que os municípios iam aceitando as competências e constituídas aquelas comissões, todos aqueles problemas eram colocados. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** questionou se relativamente a uma das mais importantes que ainda não tinham aceitado, a saúde, aquela avaliação já tinha avançado no sentido de poderem saber realmente do que se tratava, se poderia trazer algumas situações de futuro que valessem a pena e tivessem intervenções mais próximas, nomeadamente em termos de funcionamento de urgências e de Centros de Saúde. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que aquela era a sua luta, a garantia de que teria uma palavra a dizer naquelas matérias, na disponibilização do tipo de serviços médicos de proximidade que pudessem ser disponibilizados nos centros de saúde e todas aquelas questões. Contudo, o que

pretendiam era passar as instalações, os assistentes operacionais, a limpeza e os arranjos exteriores, sendo que lutavam para terem uma palavra a dizer também nas outras questões. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Referindo-se à educação também pretendiam ter uma palavra a dizer, que até conseguiam em parte através do Conselho Municipal de Educação, mas pretendiam que o Município também se pudesse pronunciar quanto aos conteúdos educativos que as escolas desenvolviam sendo que, por força das alterações realizadas no Conselho Municipal da Educação, aquela forma de intervenção tinha ficado mais clara. Quanto à saúde estavam a tentar ser ouvidos nas reivindicações que faziam sempre com o objetivo de servir a população. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que contassem com a colaboração do seu partido e que esperava, não por ser uma bandeira do PSD que já o era na campanha anterior e continuava a ser, e que considerava essencial para Tavira, que houvessem melhorias no atendimento aos munícipes pelo que pensava valer a pena que lutassem todos em conjunto. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta 116/2021/CM - Não aceitação da proposta de recursos e da transferência de competências para o ano de 2021 – Ação Social, que foi aprovada por maioria com vinte e dois (22) votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Artur Sanina, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, José Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Pedro Soares, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vítor Palmeira e cinco (5) abstenções dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Muriel Dias e Silvino Oliveira.** \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número um dos pontos aditados à Ordem do Dia referente à apreciação e votação da PROPOSTA N.º 122/2021/CM - Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Tavira e estabelecimento de medidas preventivas no âmbito da ampliação do cemitério municipal de Tavira.** \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que aquele era um processo semelhante ao que já ali tinham apresentado para a ampliação do cemitério da Luz de Tavira. \_\_\_\_\_

\_\_\_ A Câmara Municipal já era proprietária de um terreno que se encontrava em zona agrícola e de aproveitamento do perímetro de rega pelo que o que tinham proposto e cuja solução também tinham estudado com as entidades, nomeadamente com a CCDR, seria a aprovação daquela suspensão parcial do PDM exatamente para aquele local estabelecendo um conjunto de medidas preventivas para que o efeito da suspensão fosse apenas o da ampliação do cemitério. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Tinha-se realizado uma conferência procedimental em abril, tendo recebido pareceres favoráveis de todas as entidades à exceção da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural - DGADR que estava relacionado com o perímetro de rega, tendo emitido parecer condicionado a que a empreitada acautelasse a proteção da passagem das redes do perímetro de rega e, portanto, aquele aspeto tinha

sido alterado, tendo sido acrescentada aquela salvaguarda de forma a acautelar que se a empreitada destruísse, teria que repor. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Concluiu dizendo que tendo o problema sido ultrapassado, o que propunham era a aprovação da suspensão parcial do PDM e conseqüentemente das medidas preventivas de modo a poderem dar início ao projeto. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que evidentemente reconheciam a necessidade da ampliação do cemitério e das obras, todavia consideravam que aquela questão já devia de estar contemplada no PDM, pelo que embora fossem favoráveis tinham que expressar as reservas que tinham relativamente ao PDM, que não compreendiam como um PDM que no ano de 2009 já estava bastante avançado podendo ter sido concluído talvez no primeiro mandato, passados três mandatos ainda estava em recurso fiscal. Tratava-se de uma situação que os levava a que necessidades básicas como aquela apresentada pelo Município, tivessem que suspender um plano. \_\_\_\_\_

\_\_\_ A questão do PDM era uma questão que naquela e mesmo em questões mais complexas e importantes como a Estratégia de Habitação Local, os tinha levado a não concordar por considerarem que naquele momento já deveriam de estar todas vertidas no PDM e que não havia nada que explicasse que volvidos doze (12) anos, quando o plano já estava avançado, não tivessem PDM para Tavira pelo que votariam favoravelmente mas com a reserva de não compreenderem que em doze (12) anos o PDM não estivesse concluído, o que consideravam um fracasso em termos de gestão. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que gostava de recordar que a aprovação do PDM não dependia da Câmara Municipal sendo que pensava que nenhuma câmara municipal tivesse interesse em não ver o seu PDM aprovado, porém, provavelmente, as burocracias ultrapassavam o que eram as boas vontades. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Todos tinham conhecimento e lamentavam, qualquer autarca responsável lamentava, não ter um plano o que não significava que não tivessem tomado uma atitude, que pensava ter sido o contrário. Sabia bem do que falava uma vez que há doze (12) anos que fazia parte da Comissão de Acompanhamento do PDM por inerência daquela Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que compreendia o motivo do Presidente da Assembleia Municipal e considerava que seria mais uma razão para não terem voltado atrás com um PDM que já estava bastante avançado. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que a razão por que tinham voltado atrás já tinha sido amplamente explicada pelo que não compreendia por que continuavam a insistir que o plano inicial era bom quando na realidade era uma "pura aldrabice". \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que tendo o Presidente da Assembleia Municipal sido Deputado Municipal o que estava a dizer era que os deputados municipais que o tinham aprovado eram aldrabões. \_\_\_\_\_



\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que não era o que tinha dito, pois quando aprovavam algo desconheciam que do outro lado estavam pessoas que tinham ganhado um concurso mas que não deviam, o que acontecia também em outras intervenções que nem sempre corriam como pretendiam. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que para tal servia a Justiça pelo que se de facto a empresa estava a falhar e havia motivos para desconfiança, o assunto tinha que ser tratado ao nível da Justiça e o Município ser indemnizado. \_\_\_\_\_

\_\_ Que o desculpassem, mas parecia-lhe, no mínimo, leviano voltar atrás com um procedimento que não tinha qualquer processo judicial apenas porque se entendia. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta 122/2021/CM - Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Tavira e estabelecimento de medidas preventivas no âmbito da ampliação do cemitério municipal de Tavira, que foi aprovada por maioria com vinte e seis (26) votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Artur Sanina, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Jorge Corvo, José Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Leonardo Martins, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Carneira, Muriel Dias Narciso Barradas, Nuno Diogo, Pedro Soares, Sílvia Soares, Silvino Oliveira, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e uma (1) abstenção do Deputado Municipal Carlos Marcelino.** \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois dos pontos aditados à Ordem do Dia referente à apreciação e votação da PROPOSTA N.º 123/2021/CM – Declaração de utilidade pública da ampliação do cemitério municipal de Tavira.** \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Câmara Municipal** disse que fazia parte da instrução do processo sendo que posteriormente teria que ser remetido para as entidades para também emitirem os seus pareceres, pelo que o que propunham era o reconhecimento da utilidade pública da ampliação do cemitério precisamente porque iria também ocupar solos que estavam classificados como solos agrícolas e de aproveitamento hidroagrícola, pelo que aquela Declaração de Utilidade Pública era necessária para a instrução do processo junto das entidades. \_\_\_\_\_

\_\_ **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta 123/2021/CM – Declaração de utilidade pública da ampliação do cemitério municipal de Tavira que foi aprovada por unanimidade.** \_

\_\_ **Passou ao ponto número três e último ponto aditado à Ordem do Dia referente à apreciação e votação da PROPOSTA N.º 124/2021/CM – Concurso Público para a concessão de exploração dos estabelecimentos integrados no Parque de Campismo da Ilha de Tavira 2021.** \_\_\_\_\_

\_\_ **A Presidente da Câmara Municipal** disse que, obviamente, estavam cada vez mais informados quando ao vírus da Covid19 pelo que tinham decidido preparar tudo para que pudessem abrir o Parque de Campismo da Ilha de Tavira até porque também podia ser um polo dinamizador e de atratividade da Ilha. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Certamente que teriam que ter um plano de contingência com regras muito apertadas mas gostariam de o fazer porque entendiam ser importante, portanto e porque ainda não tinha sido efetuada qualquer concessão do Parque de Campismo na sua totalidade, estavam a propor a concessão dos estabelecimentos ali existentes, o snack-bar, o quiosque e o supermercado. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Tinham elaborado as peças de procedimento e, obviamente, tendo em conta a época em que se encontravam e a aprovação das isenções, não nas lojas, mas das rendas para os arrendatários de espaços comerciais municipais, e devido à dificuldade de elaborar um caderno de encargos com base noutras questões que não fossem as verbas, o montante a pagar ou o montante da renda, o que propunham era um valor muito inferior aos anos anteriores, mil euros (€ 1.000,00) mensais face aos três mil euros (€ 3.000,00) cobrados anteriormente, para três meses, julho, agosto e setembro. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Concluiu dizendo que basicamente tratava-se da aprovação das peças de procedimento, anúncio e júri. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Pedro Soares** disse que pensava ser inegável que a Ilha de Tavira tinha características únicas desde a sua localização a outras, pelo que o Parque de Campismo era uma infraestrutura que considerava que devia de estar por conta do Município ao serviço da população taviense. Já não sabia o número de pessoas que tinha conhecido na vida que conheciam o concelho de Tavira por via do Parque de Campismo e da Ilha de Tavira pelo que ao ler aquela proposta da Câmara Municipal e a sua vontade de futuramente voltar a concessionar o Parque de Campismo tinha ficado perplexo pois pensava que havia infraestruturas que nunca deveriam de sair da gestão pública. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Terminou dizendo que considerava que não seria uma questão de lucros porque o lucro não era imediato, mas acreditava que as pessoas que viessem ao longo de um ano a seu tempo constituiriam família e viriam mais, mais vezes visitariam Tavira, pelo que não percebia a concessão do snack-bar e, no futuro, do Parque de Campismo, e por isso a sua intenção de voto era abstenção. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que a primeira questão estava relacionada com a isenção de taxas para aqueles tipos de atividades, se não estariam a concessionar uma situação em que poderia haver uma colisão com as isenções. Depois, como todos conheciam a posição do PSD sobre a questão, pensavam que podia haver gestão pública ou privada, no entanto, o certo era quem estivesse a gerir apenas podia fazê-lo por um ano, sendo que se fosse por vários anos até poderia investir, melhorar, cuidar do investimento durante o inverno para que durante os meses de utilização de verão estivesse em perfeitas condições e que ano após ano fosse melhorado. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Assim e uma vez que estavam no final do mandato, estarem a efetuar uma gestão diferente, plurianual, também não lhe parecia muito equilibrado deixarem o ónus para a gestão municipal seguinte pelo que, presentemente a única decisão possível era votar favoravelmente aquele procedimento e durante o ano seguinte melhorá-lo e, existindo um contrato quer público, quer privado, que fosse por um tempo mais alargado de forma a melhorar aqueles serviços. \_\_\_\_\_

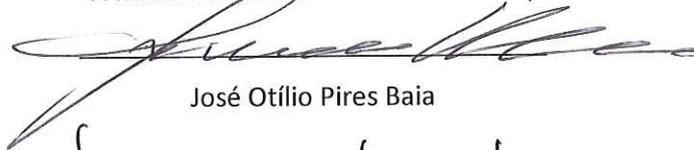
\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta 124/2021/CM – Concurso Público para a concessão de exploração dos estabelecimentos integrados no Parque de Campismo da Ilha de Tavira 2021, que foi aprovada por maioria com vinte e quatro (24) votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Jorge Corvo, José Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Leonardo Martins, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Carneira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Silvino Oliveira, Virgílio Horta e Vitor Palmeira, um (1) voto contra do Deputado Municipal Carlos Marcelino e duas (2) abstenções dos deputados municipais Artur Sanina e Pedro Soares \_\_\_\_\_

\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal passou à aprovação das minutas. Efetuada a leitura da Ata em Minuta foi a mesma aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

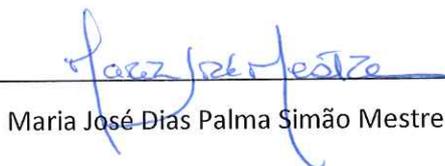
\_\_ Desejou a todos um bom 1.º de Maio recomendando que não se juntassem muito apesar de o país já não estar em Estado de Emergência, mas não deixassem de o comemorar. \_\_\_\_\_

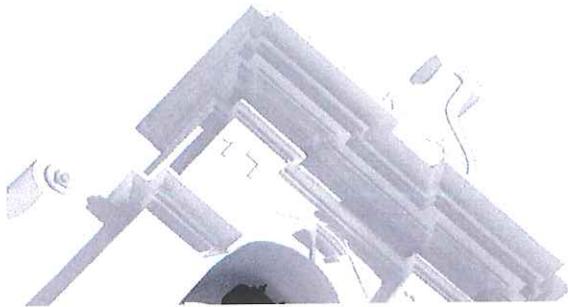
\_\_ Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas zero horas e quinze minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. \_\_\_\_\_

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

  
José Otílio Pires Baia

  
Sílvia Alexandra Sanches Soares

  
Maria José Dias Palma Simão Mestre



Votantes da Ata 05-02-2021 em 29-04-2021	
Nomes	Formação partidaria
1 Ana Cristina dos Santos Palmeira	PS
2 Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa	PSD
3 Ângelo Filipe Silva Pereira	PS
4 Artur António Guerreiro Sanina	BE
5 Carla Patrícia Maié Martins	PS
6 Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS
7 Elsa Maria da Conceição Martins	PS
8 Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues	PS
9 Jorge Humberto Martins Corvo	PSD
10 José Epifânio Martins da Graça	PS
11 José Liberto da Conceição Graça	PS
12 José Mateus Domingos Costa	PS
13 José Otilio Pires Baia	PS
14 Leonardo António Gonçalves Martins	PSD
15 Maria João Teixeira Dias dos Anjos	PS
16 Maria José Dias Palma Simão Mestre	PS
17 Maria Manuela Gonçalves Romão	PS
18 Maria Otilia Martins Cardeira	PS
19 Muriel Cristina Dias	PSD
20 Narciso dos Reis Martins Barradas	PS
21 Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS
22 Pedro Miguel Entrudo Soares	CDU
23 Silvia Alexandra Sanches Soares	PS
24 Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira	PSD
25 Vírgilio António Horta	PS
26 Vítor Manuel do Nascimento Palmeira	PS



## Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tavira no dia 29/04/2021

### MOÇÃO

#### Por ocasião do aniversário da Revolução de Abril

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um empolgante levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado pelas comissões administrativas, logo após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976. O Poder Local Democrático afirmou-se operando profundas transformações sociais e com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, nalguns casos até, excedendo em larga medida as suas competências



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Comemorar Abril, relevando o que o poder local representa enquanto conquista desse momento ímpar da nossa história colectiva, exige que se lhe reconheça as condições para o exercício das suas atribuições e competências.

Não basta tecer elogios ao poder local sem que se lhe atribuam os meios indispensáveis à sua autonomia e os recursos para o pleno exercício das suas responsabilidades.

Não basta repetir loas à descentralização e, ao mesmo tempo, manter bloqueada a criação das regiões administrativas que, 45 anos depois de estar consagrada constitucionalmente, está por cumprir.

Não basta enaltecer a capacidade de realização das autarquias quando se tem em vista transferir competências sem meios financeiros correspondentes num processo que é, sobretudo, de desresponsabilização do Estado por funções que lhe competem e de transferência de encargos para as autarquias. Não basta falar das vantagens de proximidade quando se quer alijar responsabilidades centrais e, ao mesmo tempo, teimar em manter por repor e devolver ao povo as mais de mil freguesias liquidadas contra a vontade das populações.

As comemorações da Revolução de Abril, no ano em que se assinalam os 45 anos da Constituição da República, devem ser um momento para afirmar o Poder Local e o que ele representa de espaço de realização de direitos e aspirações populares. Um momento de afirmação da democracia, tanto mais actual quanto se desenham e se assumem abertamente projectos reaccionários e antidemocráticos.

Considerando, que comemorar Abril é também, nas actuais circunstâncias, fazer uma afirmação de confiança no futuro, mostrar que a vida pode e deve prosseguir criando todas as condições de prevenção e protecção, apontar o sentido de vivência colectiva, de partilha e de participação como indispensáveis à realização humana e à felicidade.



*[Handwritten signatures]*

Assim, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida no dia 29-04-2021, delibera:

1. Saudar o 47º aniversário da Revolução de Abril, e a população que, apesar das circunstâncias actuais, se juntaram às iniciativas que tiveram lugar um pouco por todo o país;
2. Saudar a luta dos trabalhadores e das populações da cidade em defesa do emprego de qualidade, da habitação, da saúde, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, dos salários, do Serviço Nacional de Saúde, dos serviços públicos de transporte – direitos consagrados na Constituição de Abril;
3. Apoiar o direito do povo português à resistência e à luta contra a ofensiva ideológica e política em curso contra as forças que pretendem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal;
4. Dar conhecimento desta moção às restantes Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, à AMAL, ao Governo, à Assembleia da República, à CGTP-IN, UGT, à Associação 25 de Abril e à Comunicação Social.

Tavira, 29 de Abril de 2021

O eleito da CDU na Assembleia Municipal de Tavira

Pedro Soares



*[Handwritten signatures and initials]*

## ***Assembleia Municipal de Tavira***

### **VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO**

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Portugal atravessa hoje um período muito complicado, com trabalhadores em lay-off, trabalhadores precários a serem despedidos ou ameaçados, falta de condições de higiene sanitária para trabalhar (locais de contacto com o público onde não são fornecidas luvas, nem máscaras para trabalhar) e um aumento generalizado de insegurança e desemprego.

A defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos.



my.

Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.

No nosso Município de Tavira são preocupantes as situações das trabalhadoras e dos trabalhadores do setor do turismo, restauração e hotelaria e do setor cultural.

**Assim, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 29 de abril de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:**

1. Saudar o 1º de Maio e fazer votos para que seja o momento agregador das várias gerações e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.
2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência;
3. Saudar o trabalho de todos os profissionais na área da saúde no combate à pandemia em curso, em particular a todo o SNS e seus profissionais;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira



## Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

### VOTO DE PESAR

Homem simples e dedicado às coisas da terra, o cidadão José Martins Fernandes entregou grande parte da sua vida ao serviço público, defendendo as gentes da Serra do Caldeirão e, particularmente, da sua Freguesia de Cachopo, tendo desempenhado as funções de Presidente da Junta de Freguesia e Deputado Municipal do Partido Socialista, entre 1980 e 1989, e membro dos órgãos sociais do Centro Paroquial de Cachopo, praticamente desde a sua fundação.

A valorização do património local e a melhoria dos serviços prestados à população estiveram sempre dentro das suas prioridades, destacando-se o seu envolvimento na melhoria da rede de caminhos rurais, na eletrificação dos montes, na requalificação da Fonte Férrea, na prestação dos cuidados de saúde ou na construção do Centro Social, lutas pelas quais deu a cara e venceu distâncias, saindo sempre delas o “Zé do Seixo”, assim era conhecido entre os seus amigos e familiares, como um vencedor.

Oportunamente, em 2012, o Município de Tavira atribuiu-lhe a Medalha Municipal de Mérito – Grau Prata.

O Município de Tavira, a freguesia de Cachopo e as gentes da serra perderam no passado dia 3 de abril um cidadão respeitado e empenhado na defesa dos seus direitos, dos seus interesses e das suas gentes e no desenvolvimento da Economia Social.



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 29 de abril de 2021, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de José Martins Fernandes;
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada, ao Centro Paroquial de Cachopo e aos órgãos autárquicos da Freguesia de Cachopo apresentando-lhe as mais sentidas condolências do Município de Tavira.

  
Pey.